

ELO

Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Director: António Carreiro Ano XXVII Jan. 2001 01/01/02 Nº 304 Preço

• **Aniversário**
Delegação do Porto
celebra 26 anos
de actividade associativa
página 5

• **Reunião
de Associados**
A criação da Delegação
de Lisboa foi o tema
principal da reunião
no dia 12 na Sede
página 8

• **ADELLIN**
ADFA celebra Projecto
de Intenções com associação
congénere guineense
página 7

• **Timor Loro-Sae**
Conselho Nacional
da Resistência Timorense
recorda, na ADFA,
os 25 anos de opressão
página 2



PORTE PAGO

Celebração Natais na ADFA



páginas 4 e 5

Paris Assembleia Geral da FMAC elege novos dirigentes



página 9

DL 503/99 Reuniões de trabalho no Ministério da Defesa

ADFA continua a defender insistentemente a
suspensão do diploma e a elaboração de um
decreto-lei próprio para os deficientes militares

página 12

Reportagem Stress leva deficiente militar ao quartel



página 8

Ministra da Saúde recebe Direcção Nacional

A Direcção Nacional, no mês de Dezembro, desdobrou-se em vários contactos oficiais, destacando-se uma audiência com a ministra da Saúde, com especial incidência no tema da implementação da Rede Nacional de Apoio às vítimas de Stress de Guerra, uma entrevista com o secretário de Estado adjunto do ministro do Trabalho e Solidariedade, reuniões com o chefe de gabinete do secretário de Estado da Defesa Nacional e com a coordenadora de projectos do Lar Militar da Cruz Vermelha Portuguesa

páginas 9 e 16



3 de Dezembro Dia Internacional da Pessoa com Deficiência em Viana do Castelo

Depois de ter levado a Chama da Amizade ao Presidente da República, a ADFA continuou a transportá-la pelas ruas do Porto, através dos associados da nossa Delegação nesta cidade

página 11



Evocação da data da invasão indonésia de Timor

ADFA é "Casa da Liberdade"

A ADFA recebeu, no passado dia sete de Dezembro, um evento realizado pelo Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT), que contou com a presença de Mário Carrascalão, como principal orador, Luís Guterres, representante da organização na ONU e Pascoela Barreto, representante do CNRT em Portugal.

O encontro iniciou-se com um colóquio em que Mário Carrascalão recordou todo o processo da invasão indonésia de Timor, "que se propagou por mais de duas décadas de opressão e luta."

Pascoela Barreto referenciou a ADFA como "casa da Liberdade, onde a causa do Povo de Timor sempre foi bem acolhida". Realçou ainda o facto de no ELO terem sido publicadas várias notícias sobre o sofrimento dos timorenses e evidenciou as primeiras páginas que "tão bem chamaram a atenção dos cidadãos portugueses e dos

associados da vossa casa".

"Reunimo-nos aqui para recordar os nossos amigos e familiares que não conseguiram viver o sonho da independência timorense", continuou.

"É importante manter as boas relações com os países vizinhos de Timor, nomeadamente com a Indonésia, para criar condições para o estabelecimento de relações diplomáticas que fortaleçam a nossa independência", salientou Luís Guterres, representante do CNRT nas Nações Unidas.



FARINHO LOPES

O encontro terminou com uma eucaristia em memória dos que desapareceram durante a ocupação indonésia e com um jantar-convívio no restaurante da Sede Nacional. •

R.V.

Breves das Delegações

Famalicão Convocatória I

A Mesa de Assembleia Geral de Delegação de Famalicão convoca os associados para a Tomada de Posse dos Órgãos Sociais para o triénio 2001-2004, a realizar no dia 6 de Janeiro de 2001, pelas 9h00, no Auditório da Biblioteca Camilo Castelo Branco de Vila Nova de Famalicão.

Solicitamos que compareçam neste acto solene e deveras importante para a vida associativa da delegação.

O Presidente da MAGD
Venâncio Joaquim Quaresma Silva

Convocatória II

A Mesa de Assembleia Geral de Delegação de Famalicão convoca os elementos do Conselho de Delegação para uma reunião, a realizar no dia 6 de Janeiro de 2001, pelas 10h30, no Auditório da Biblioteca Camilo Castelo Branco de Vila Nova de Famalicão, com a seguinte Ordem de Trabalhos: 1 - Apreciação e votação do orçamento para o ano 2001 e respectivo plano de actividades; 2 - Diversos.

O Presidente da MAGD
Venâncio Joaquim Quaresma Silva

Acordo com o Hospital da Trofa

A Direcção da Delegação de Famalicão informa que está a finalizar um protocolo de acordo para os associados da ADFA, esposas, filhos, genros, noras, netos e pais, com o Hospital da Trofa, através de descontos nos serviços clínicos prestados pelo mesmo.

Para efeitos de beneficiar de tal desconto, caso os associados pretendam recorrer ao Hospital da Trofa, devem contactar com a Delegação, onde podem obter os esclarecimentos e procedimentos necessários para esse fim. •

R.V.

Jantar-convívio

O jantar-convívio do Núcleo de Guimarães realiza-se no dia de Reis, seis de Janeiro, Sá-

bado. Para obter informações os interessados devem contactar o Núcleo de Guimarães, que se encontra aberto aos Sábados ou a Delegação de Famalicão. •

R.V.

Consultas na Delegação

A Delegação de Famalicão celebrou um protocolo com o médico dentista Luís Renato Claro, com consultório em Vila Nova de Famalicão, devendo os interessados contactar a Delegação para mais informações.

As consultas de Clínica Geral, com o Dr. Ricardo Lemos, são efectuadas na Delegação todas as Segundas-feiras de tarde. A consulta gratuita para os associados.

As consultas de Psicologia, com a Dr.ª Ana Conde, efectuam-se na Delegação todas as Quartas-feiras de manhã e Quintas-feiras de tarde, devendo os interessados proceder à marcação de consulta, que é gratuita. •

R.V.

Madeira Tomada de Posse

A tomada de posse dos novos corpos sociais da Delegação da ADFA na Madeira vai realizar-se no dia 15 de Janeiro, Segunda-feira, pelas 19h00, após o que haverá um pequeno convívio associativo.

A Direcção da Delegação
João Nobre Pereira

Nacional APPC faz 40 anos

A Fundação Calouste Gulbenkian recebeu, no passado dia 13 de Dezembro, as comemorações do 40º aniversário da Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral (APPC), que contaram com a presença da primeira dama, Maria José Ritta, e do secretário de Estado Adjunto do ministro do trabalho e da Solidariedade, Rui Cunha, entre inúmeros convidados que se associaram às celebrações.

A cerimónia começou com uma homenagem aos atletas da APPC e continuou com as

palavras de apreço dos intervenientes para Maria da Graça Andrada, "por tantos anos em tem acompanhado milhares de jovens portadores de deficiência".

Maria José Ritta reconheceu o "valor cívico ímpar" do trabalho de Maria da Graça Andrada e defendeu a criação de uma rede de apoio aos cidadãos portadores de deficiência, com a parceria das diversas entidades.

"É preciso dar seguimento às propostas da APPC", disse a primeira dama destacando os atletas deficientes que "mostraram aos portugueses que não há barreiras que a vontade dos homens não permita ultrapassar." •

R.V.

Teatro de Jovens Surdos

O II Festival Internacional de Teatro de Jovens Surdos, iniciativa do Centro de Jovens Surdos, teve lugar nos dias 16 e 17 de Dezembro, no Teatro Municipal Maria Matos.

O programa das sessões foi o seguinte: No dia 16 de Dezembro, Sábado, estiveram em cena "Maxs Dream", Theatre Faculty, Janaceks Academy of Musical and Performing Arts Drama Education for Deaf, com a encenadora Zuzana Buchtová (Eslováquia) e "Orhidea", Dança Típica Búlgara, Union of the Deaf in Bulgaria, numa peça encenada por Yordan Yordanov (Bulgária).

No dia 17 de Dezembro, Domingo, subiram ao palco "La Surdiite Guineenne", Troupe Artistique des Sourds de Guinee, com coordenação da encenadora Ibrahimia Sory Bah (Guiné) e "A Visita Complicada", Grupo de Teatro de Centro de Jovens Surdos, numa peça encenada por Amílcar Morais (Portugal). •

R.V.

O ELO corrige

Por lapso, na última edição, no artigo sobre o Orçamento de Estado (pág. 9), escreveu-se "limites de isenção aí previstos para os deficientes com incapacidades acima de 60 por cento", quando o valor correcto é de 80 por cento. Na apresentação dos novos Órgãos Sociais Nacionais (pág. 10), referenciou-se o conselheiro fiscal Armindo Matias como "redactor do CFN", quando deveria ter-se escrito "relator do CFN".

Pelo sucedido apresentamos as nossas desculpas.

Agenda

Reunião de associados na Sede Nacional

No dia 03 de Janeiro, Quarta-feira, pelas 18h00, vai ter lugar uma reunião de associados na Sede Nacional. Ordem de trabalhos: 1) Criação da Delegação de Lisboa - perfil da respectiva Comissão Instaladora; 2) Informações gerais da DN.

Reunião da Delegação de Famalicão

No 1ª 5ª feira de Janeiro, dia 4, pelas 21h00, decorre a reunião da direcção da Delegação de Famalicão. Os associados interessados em participar devem comunicá-lo antecipadamente à secretaria da Delegação.

Funcionamento do Núcleo de Braga

No 1º e 3º Sábados de Janeiro, dias 06 e 20, o Núcleo de Braga encontra-se em funcionamento no infantário da Igreja Paroquial de São Lázaro, em Braga (frente ao Hospital de S. Marcos), das 9h30 às 12h00. No 1º Sábado do mês, a funcionária da Delegação de Famalicão desloca-se ao Núcleo.

Funcionamento do Núcleo de Guimarães

Todos os Sábados de Janeiro, das 9h00 às 12h00.

Quotas dos associados

A partir do dia 1 de Janeiro entra em vigor o valor de 625 escudos para as quotas dos associados da ADFA, conforme o que foi deliberado na Assembleia Geral Nacional Ordinária realizada em Viseu, no passado dia 18 de Março.

Tomada de Posse

No dia 6 de Janeiro, Sábado, pelas 09h00, tomam posse os Órgãos Sociais da Delegação para o triénio 2001-2004, no Auditório da Biblioteca Camilo Castelo Branco, em Vila Nova de Famalicão.

Convocatória

No dia 06 de Janeiro, Sábado, pelas 10h30, os elementos do Conselho de Delegação de Famalicão vão reunir-se, no Auditório da Biblioteca Camilo Castelo Branco, em Vila Nova de Famalicão, com a seguinte ordem de trabalhos: 1) Apreciação e votação do orçamento para o ano 2001 e respectivo plano de actividades; 2) Diversos.

Jantar-convívio

No dia 06 de Janeiro, Sábado, o Núcleo de Guimarães realiza um jantar-convívio do Dia de Reis. Para mais informações os interessados devem contactar o Núcleo, aos Sábados, e a Delegação de Famalicão.

Assembleia Geral em Viseu

No dia 10 de Fevereiro, Sábado, pelas 14h00, vai realizar-se na Sede da Delegação de Viseu, Praceta ADFA - Empreendimento das Magnólias, Lote 4 R/C, Bairro da Balsa - 3510-009, Viseu, a Assembleia Geral Ordinária daquela Delegação. •

Novos Associados

Dando cumprimento ao estipulado no n.º 4, do Art.º 8, dos Estatutos da ADFA, publica-se a relação dos candidatos a sócios efectivos.

António Manuel Mestre
António Rosa Abril Paixão
Bruno Ricardo Lemos
Fernando Dias Almeida
João Eduardo Bandeiras da Mata
João Rocha Fiandeiro
José Armando de Jesus David
José Manuel Pereira Madeira
José Maria dos Santos Mendes
Luís da Silva Delgado
Luís Lourenço Martins
Manuel Jacinto Carrasco
Manuel Simões
Maria Inácia Gonçalves Simão Martins
Maria Julia Ribeiro da Luz Pedro
Sambaro Jau
Sérgio Martins
Vitor José Ferreira dos Santos

ELO

PROPRIEDADE E EDIÇÃO: Associação dos Deficientes das Forças Armadas - ADFA - Pessoa Colectiva n.º 500032246 • Email: adfa@mail.telepac.pt • Internet: http://www.adfa-portugal.com DIRECÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, EDIÇÃO E REDACÇÃO: Av. Padre Cruz, Edifício ADFA 1600-560 LISBOA • Telefone: 21 751 2600 / 21 751 2601 / 21 751 2609 • Fax: 21 751 2610 DIRECÇÃO NACIONAL DA ADFA/ADMINISTRAÇÃO: Patuleia Mendes, Artur Vilares, Mano Póvoas, Santa Clara Gomes, Capela Gordo, José Rosa, Orlando Correia DIRECTOR: António Carreiro REDACÇÃO: Rafeal Vicente (editor), Anabela Vieira (norte), Farinho Lopes (fotografia), Maria José Almeida (secretariado) COLABORADORES: Abel Fortuna, Alexandra Daniel, António Calvino, Armando Guedes da Fonte, Capela Gordo, Carlos Pinto Coelho, Carlos Mendes, Carlos Vale Ferraz, Cláudia Silveira, Daniel Gouveia, Guilherme de Melo, Helena Afonso, Hugo Guerra, Humberto Sertório, Jaime Ferrer, Jerónimo de Sousa, João Gonçalves, Jorge Maurício, José Djiniz, José Mata, José Monteiro, José Valente dos Santos, Lia Katali, Luis Baltazar, Luisa Nero, Mário Inácio, Mário Tomé, Marta Carreiro, Nuno Santa Clara, Rogério Rodrigues e Sá Flores. CONCEPÇÃO GRÁFICA - Maquetagem: João Conceição PRE-IMPRESSÃO: Grafibarra, Artes Gráficas, Lda, Quinta da Piedade, Lt. 93-A 7º C - 2625 Póvoa Santa Iria - Tel./Fax: 21 956 6263 MONTAGEM: Tipografia Escola da ADFA Rua da Artilharia Um - 1070 Lisboa (Anexo do Hospital Militar Principal) Tel. 21 385 3593 IMPRESSÃO: Imprejournal - Sociedade de Impressão, SA Av. Infante D. Henrique, 334 - 1990 Lisboa - Tel. 21 851 2188 GRAVAÇÃO DO ELO SONORO: Centro de Produção de Material da Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo Registo da Publicação no ICS: 105068/77 Depósito Legal: 99595/96 ASSINATURA ANUAL: 1 400\$00. Os textos assinados não reproduzem necessariamente as posições da ADFA ou da Direcção do ELO, sendo da responsabilidade dos seus autores.

Tiragem deste número 9 500 exemplares

Episódios



Contrastes

José Diniz

Naquela noite fria de Dezembro de há 32 anos o avião da FAP fazia-se, finalmente, à pista do Aeroporto de Lisboa, no fim de uma longa viagem de dois dias, desde Lourenço Marquês e com escalas em Luanda e Bissau. Os feridos, que vieram acompanhados por uma enfermeira pára-queda, foram transferidos para as ambulâncias que percorreram, silenciosas, a cidade que já dormia, rumo ao Hospital Militar.

O primeiro contraste foi o choque provocado pelo frio a quem vinha dos trópicos e vestido com roupas frescas. O cobertor da maca de pouco serviu naquela viagem até ao HMP.

O segundo contraste só foi consciencializado mais tarde. A partida das tropas para o Ultramar era feita com paradas e discursos; a chegada dos mortos e dos feridos era feita pela calada da noite.

Os feridos foram distribuídos pelos serviços do Hospital, de acordo com as mazelas e as patentes. Ao alferes que veio naquela leva coube-lhe um quarto na Cirurgia de Oficiais. Depois do que havia passado, durante três meses, nos hospitais de Moçambique, já se havia resignado a não encontrar melhor em Lisboa. A excepção do Hospital Distrital de Tete para onde fora evacuado e onde muito beneficiou da eficiência e da competência do seu corpo de enfermagem constituído por religiosas, no Hospital Militar(?) da Beira e no Destacamento Sanitário de Lourenço Marques os cuidados médicos recebidos foram mínimos e os de higiene nulos, pois estes estabelecimentos não reuniam as mínimas condições para receber e tratar estropiados de guerra.

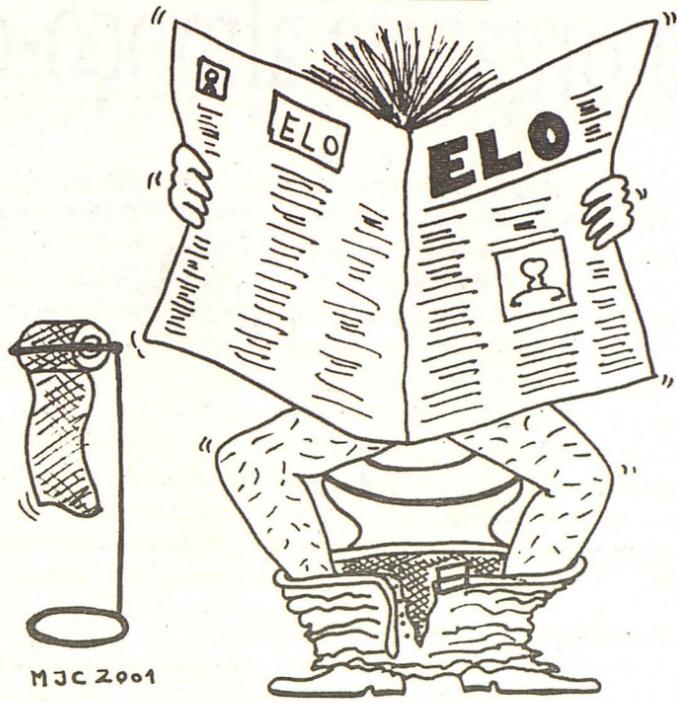
O alferes ainda hoje se interroga por que motivo teve de fazer aquela via sacra até ser evacuado para Lisboa.

E aconteceu o terceiro contraste, desta vez agradável. Foi recebido por duas simpáticas enfermeiras que o acomodaram da melhor maneira por forma a repousar de tão fatigante viagem. A Cirurgia de Oficiais era, sem dúvida, o melhor serviço do HMP e dispunha de uma equipa de jovens enfermeiras e de auxiliares de serviço muito dedicada aos doentes e chefiada por uma grande senhora, a Enfermeira Miquelina. Os doentes mais graves ali ficavam meses e anos, acamados; os outros iam e vinham e assim andaram também durante anos. Era um ambiente familiar em que a amizade criou raízes e o amor desabrochou nalguns corações.

Fui esse alferes despejado de um avião naquela noite fria de inverno e fui um dos beneficiários, durante bastantes anos, do calor humano, da dedicação e da amizade destas senhoras, hoje já avós, e que devem sentir um grande orgulho em terem sido o primeiro alento e a primeira réstea de esperança de tantos cuja vida parecia não ter mais sentido.



Grande Plano



MJC 2001

Carta aberta a ninguém

Confunde-se tudo.

Funde-se tudo.

Afunda-se tudo.



Jaime Ferreri

Ex.mo Senhor Ninguém,

Desde há tempos que me fervilhava na cabeça esta carta aberta. Não sei se escolhi a pessoa certa para desabafar... escrever é também uma forma de toparmos um compincha do outro lado do ecran a servir de folha de papel para nela esvaziarmos a raiva que nos transborda da vida.

Sabe o senhor, que me capta os caracteres nesta página do ELO, que há muito me apetecia estabelecer consigo este diálogo... Hoje gostava de falar-lhe deste país, um país de brandos costumes onde os homens não se importam com os outros no respeito que vão perdendo por si próprios; são os polícias, os juizes, os professores, os militares, os pilotos aviadores, os guardas da natureza, os senhorios, os inquilinos, os com razão e os sem um resquício dela.

Vou falar-lhe dum caso simples que aconteceu comigo, que já aconteceu consigo. Circulava com o meu carro por uma estrada deste país e encontrei-a bloqueada por espertalhão que a usava como se dono dela fosse. Agarrei-me à buzina e chamei pelo descuidado condutor que largara ali a carga, no meio da via, a impedir os demais de passarem. Chegou com cara de poucos amigos, na cavaqueira do café interrompida, como se dono fosse do caminho ou do direito de passagem que, por direito, a mim cabia; nem uma simples desculpa esboçou, um só gesto que patenteasse um nagalho de educação. Chamar a autoridade também não adianta... E não adianta porque não há neste país onde ambos vivemos qualquer garantia de autoridade. A autoridade agora aprendeu a ressonar, a estar à chamada e a precisar de tempo para banhar-se, fazer a barba, engraxar as botas e esperar o visto de saída do chefe. Além do mais é fácil resinar o mais educado, o ofendido, aquele que por falta de paciência ousou interromper a soneca.

Ser-se diferente hoje, ser-se correcto, respeitador e educado é caber no catálogo de bicho raro, é ser espécie a abater. Já não estamos nesse tempo, no tempo em que o nome de pai valia, em que palavra de pai se ouvia, em que conselho de pai se seguia. Uma redundante esperteza, saloia e analfabeta, grassa por aí, correndo montes e vales, de mãos dadas com os cavalos dos motores que fazem patinar os pneus e que alimentam a energia de potentes colunas de altifalantes agredindo o ar, a calma e a vida das pessoas. Em nome da ignorância ou do dinheiro fácil justificam-se os actos que diminuem e achincalham este país. Não apenas no interior dele ou dum comezinho recanto. País que se mostra ao mundo pateando o primeiro-ministro... numa final de ténis onde a educação se mostrou inversamente proporcional ao dinheiro com que pagaram os camarotes de acesso. E essa gente ainda tem lata de se fazer passar por povo.

Confunde-se tudo. Funde-se tudo. Afunda-se tudo.

Olhe senhor ninguém, por este caminhar acusa-se quem é inocente, despreza-se quem é ofendido, baralha-se quem já é suficientemente ignorante e tem cada vez menos hipóteses de deixar de sê-lo... Não há orçamento que valha, estradas (físicas e do saber) que gerem acessibilidades, escolas que porfiem ensinar... Ou em casa se coloca um marmeleiro, ou está o caso entornado...

Já reparou como andam as coisas pela capital? O que ontem era verdade hoje não passa de descarada mentira, o que dantes era duvidoso é hoje verdade bíblica apregoada. A tradição já não é o que era, as fundações já não são o que foram, a democracia, só é democracia se os partidos a musculam. É o exemplo desgraçado que se transmite ao país em vinagrentas vinganças de ministros despedidos, louvando hoje o que ontem indignidade era.

Berra-se em casa, berra-se na fábrica, berra-se no emprego, berra-se na Assembleia da República... Entre ameaças e acusações, entre gritos e boicotes, entre ministros que saem e entram, entre políticos com razão e falhos dela, trocam-se acusações delirantes, inventam-se cenários de forçados cataclismos, adoçam-se amargos de governação...

Há sempre um político pronto a anunciar um terramoto no sádico desejo de ser um dia marquês. É por isso que se combatem as obras, os homens, os eleitos e aparecem tinos, muitos, por este país sem tino.

Editorial

O circo do Natal



António Carreiro

O circo é o espectáculo tradicional de Natal. Como não podia deixar de ser, eu também vou ao circo. Ainda o ano passado me diverti à brava com um tigre a mijar em cima de um espectador.

O que mais me seduz não são os bichos. Desde pequenino que a minha atenção sempre ficou presa aos equilibristas, ao trapézio, àqueles duplos e triplos saltos mortais dos Dórias; mas como a minha vida tem sido aqui na ADFA e no Direito, tenho muitas vezes constatado melhores saltos do que aqueles nas interpretações jurídicas sobre as leis dos deficientes militares.

Um bom exemplo é a nova lei sobre os acidentes em serviço e doenças da Função Pública (DL 503/99) que, a ser aplicada aos militares tal como está, irá proporcionar prodígios de equilíbrio em coisas tão simples como conseguir descobrir a reforma extraordinária na legislação vigente... que já se encontra revogada.

Outro exemplo flagrante: como é que um DFA no activo será indemnizado como DFA, quando não pode ser qualificado DFA no activo, devido à articulação do DL 503/99 com o DL 43/76?

O conceito base para acidente em serviço continua a não existir para os militares e, não obstante a permanente disponibilidade destes consagrada na Condição Militar, ninguém sabe qual o horário e local de trabalho do militar, permitindo que acidentes ocorridos dentro do quartel e sem dispensas de fim-de-semana, afinal não tenham acontecido no local e no tempo de trabalho.

Este novo diploma da Função pública também não quis resolver isto e, ao que julgamos saber, nem os militares foram ouvidos, mas a verdade é que continuam a ser tratados como minorias talvez não relevantes para as análises macro.

Mas estamos no Natal e no circo.

Será de admirar que o circo se repita todos os dias? Talvez não. O Natal não é quando o Homem quiser?

Afinal de contas os militares trabalham "com rede presa a elásticos", que ora estica, ora encolhe, e - quando caem do "rappel" que não tem qualquer rede - ficam em cima da "cama elástica", presos nas malhas da interpretação da lei. E vá-se lá saber se têm pensão!... Talvez a mulher trabalhe...

Votos de bom ano.

Delegação de Coimbra celebra Natal na Batalha

Núcleo de Leiria organiza almoço-convívio

FARINHO LOPES



Os associados da região de Coimbra, Leiria e Batalha reuniram-se para comemorar o Natal da Delegação da cidade do Mondego

no dia 17 de Dezembro, na Aldeia de Santo Antão, Batalha, numa festa que contou com a presença do secretário Nacional para a Reabilitação, Vitorino Vieira Dias.

Depois da intervenção do presidente da DN, Patuleia Mendes, que se referiu à terceira idade e à necessidade de fazer um levantamento para implementar mais apoio domiciliário aos deficientes militares, Vitorino Vieira Dias referiu-se à exequibilidade do programa de actividades da ADFA e do Núcleo de Leiria, manifestando o seu "total apoio pessoal".

Vieira Dias garantiu apoio financeiro, "na medida do possível" para todas as actividades que forem realizadas.

Carlos Castanho, responsável do Núcleo da ADFA em Leiria, lembrou as funções e a missão de garantir a participação associativa do Núcleo, como está patente nos Estatutos da Associação.

O dirigente do Núcleo apresentou ainda as actividades programadas para 2001, destacando-se um colóquio sobre Stress de Guerra, um Acampamento Nacional do Deficiente e, para Junho, o início das consultas de

Psiquiatria e do atendimento personalizado semanal aos associados.

"Estamos, como Núcleo de Leiria, envolvidos num projecto que queremos sem fronteiras", assegurou Carlos Castanho.

Entre os presentes também estiveram o presidente da Delegação de Leiria da Cruz Vermelha Portuguesa, o director do Arquivo Distrital daquela cidade, o presidente da MAGN, o presidente da DN, o presidente do CFN, o presidente da Delegação de Coimbra. •

Festa de Natal da Delegação de Évora

Montemor-o-Novo foi este ano o local escolhido pela Delegação de Évora para realizar a festa de Natal que ocorreu no dia 16 de Dezembro. A jornada de confraternização entre os associados do Alentejo iniciou-se no cemitério local onde foi depositada uma coroa de flores em homenagem aos combatentes cujos restos mortais ali repousam.

O almoço e a tarde de convívio decorreram no Restaurante "Pôr do Sol" em que participaram cerca de 150 associados e familiares que, entre a boa comida, os tintos alentejanos e a animação musical, aproveitaram bem a oportunidade para se divertirem e reverem velhas amizades. Para além da distribuição de brinquedos aos mais pequenos, o ponto alto da festa foi a actuação do Grupo

Feminino de Cantares do Charrama - Torrão do Alentejo, que encantou pela sua simpatia, pela qualidade vocal das canções, pela actualidade dos poemas, pela mensagem que tão bem souberam transmitir a cantar.

Honraram este encontro da ADFA a Vereadora da Cultura que esteve presente na cerimónia de homenagem aos mortos, o Presidente da Câmara Municipal da cidade anfitriã que teve palavras de estima e de reconhecimento para com o papel da ADFA no seio das comunidades, o Presidente da Junta de Freguesia da Vila e o Comandante dos Bombeiros locais. Os três órgãos nacio-

nais da ADFA fizeram-se representar, tendo o Presidente da DN aproveitado a ocasião para falar aos associados presentes, lembrando os grandes objectivos do mandato há pouco iniciado e dirigindo palavras de estímulo aos Órgãos da Delegação que receberam a boa notícia do apoio da DN para as obras de remodelação da sede.

No final, os dirigentes locais e os associados de Montemor não escondiam a sua satisfação pela adesão e sucesso que teve este convívio associativo. •

"Esta é a força viva da Associação"

RAFAEL VICENTE



Mais de 120 associados, familiares e amigos participaram no almoço-convívio de natal organizado pela Delegação de Faro, na

Cooperativa de Consumo Popular de Faro (COOPOFA), no passado dia 16 de Dezembro.

O já tradicional convívio juntou companheiros de armas e de Associação, destacando-se também a presença das famílias, "símbolo de todo o apoio de que necessitamos todos os dias, enquanto deficientes das Forças Armadas", referiu Nicolau Rufino, presidente da Direcção da Delegação de Faro.

O almoço foi animado por Liliana Guerreiro, que cantou e encantou com música popular portuguesa.

Nicolau Rufino e sua esposa deram o

exemplo, dançando com grande aplauso da assistência.

Jorge Maurício, presidente da MAGN, salientou os trabalhos já realizados pelos novos OSN e destacou a problemática do Stress de Guerra e a terceira idade como assuntos prementes no panorama associativo e nacional.

Estiveram também na mesa de honra os associados Artur Cabrita, da Direcção da Delegação, Luís Ramos, 2º secretário da MAGN e Cotrim Viana, secretário do CFN.

Nicolau Rufino afirmou ainda que "a força da ADFA reside também nestas iniciativas que mostram que estamos vivos na reivindicação dos nossos direitos." •

R.V.

Natal na Sede Nacional

O "Capuchinho Vermelho" foi a história escolhida pelo grupo "Robertos e Companhia" para animar a festa de Natal da Sede Nacional, no dia 15 de Dezembro.

Num cenário montado no restaurante da Sede, o lobo fez as delícias da assistência, numa actuação que "assustou" o mais pequenos.

Na assistência estiveram os associados residentes do Lar Militar, entre os filhos dos funcionários, que no fim receberam as prendas do Pai Natal (José Maria Pedrosa).

A festa associativa prolongou-se com um jantar que encheu o restaurante.

O presidente da DN, Patuleia Mendes, congratulou-se com a presença de todos e referiu esta a postura que os novos Órgãos Sociais pretendem assumir, "acolhendo os associados neste convívio saudável, que há muito não vivia na Sede Nacional".

Jorge Maurício, presidente da MAGN, apelou aos presentes para que "para o ano demonstrem ainda mais força e solidariedade, encontrando na ADFA uma família e uma segunda casa." •

Natal Madeirense

A Delegação da Madeira realizou no passado dia dez de Dezembro, a já tradicional festa de Natal para associados e familiares, que decorreu no restaurante "A Parreira".

O encontro contou com a participação de 151 pessoas (dez convidados, 36 associados crianças e 66 familiares adultos), e com o apoio do Quartel-General/Zona Militar da Madeira (QG/ZMM) que disponibilizou uma carrinha para o transporte dos nossos associados.

Os Órgãos Sociais da Delegação estiveram presentes, bem como as mais altas individualidades militares da Madeira, designadamente o comandante-chefe da ZMM, o director do Museu Militar da Madeira, e o comandante da unidade de apoio da ZMM.

A animação musical esteve a cargo do afamado "entertainer" "Dany", que animou espectacularmente a nossa festa de Natal.

Salienta-se a presença do Pai Natal, que distribuiu os brinquedos oferecidos pela Delegação aos filhos e netos dos associados presentes na festa. •

JORGE MENDES, IRMÃO & CA. LDA.

Atoalhados • Fazendas Brancas • Camisaria • Malhas • Roupas Interior

Fornecedores de:

Hospitais, Clínicas, Câmaras Municipais, Escolas, Hotéis, Forças Armadas, Infantários, Museus, Laboratórios, Departamentos Universitários, Etc.

Desconto 10% a todos os Associados
(excepto épocas de Saldos)

Praça do Comércio, 97-99-101-103 • 3000-116 COIMBRA

Tel.: 23 982 4284 • Fax: 23 984 1779

Comemorações descentralizadas

Delegação do Porto celebra 26º aniversário



ANABELA VEIRA

A Delegação da ADFA no Porto comemorou no passado dia sete de Dezembro o seu 26º aniversário, assinalando a data com um jantar-convívio que reuniu cerca de centena e meia de associados e familiares, entre os quais representantes dos Órgãos Sociais Nacionais (OSN) e de várias delegações. Seguindo a política de descentralização das comemorações, este ano Gondomar foi o concelho escolhido para anfitrião.

Um dos momentos mais significativos surgiu entre os fados e os parabéns à "menina Delegação do Porto", com os discursos dos OSN e da Delegação, assim como do representante da autarquia de Gondomar.

Após um breve historial do que foram 26 anos da Delegação, o presidente da Direcção da Delegação, Abel Fortuna, apontou baterias à importância do futuro e dos problemas que "são urgentes resolver". É o caso da terceira idade e a questão dos deficientes em serviço. O presidente da Delegação lançou o repto à Direcção Nacional para que, em consonância com as delegações, encontre os mecanismos necessários à resolução destes problemas que começam a atingir uma grande parte dos associados e, no caso dos deficientes em serviço, começam a tornar-se insustentáveis.

Imbuído pelo espírito natalício, Patuleia Mendes, presidente da Direcção Nacional, pautou o seu discurso pela palavra "gratidão", uma palavra dirigida especialmente às mulheres que têm assumido um papel preponderante na vida dos deficientes militares. A postura e o trabalho desenvolvido pela Delegação aniversariante foram também aspectos salientados pelo presidente, que os adjectivou de "pujantes e vigorosos."

Por seu lado o presidente da Mesa da Assembleia Geral Nacional, Jorge Maurício, lançou o apelo à reflexão sobre o futuro mais longínquo baseada no "que fazer ao património da ADFA" e na necessidade de uma revisão estatutária.

Em representação da autarquia, o vereador do pelouro do Turismo, aproveitou para fazer o ponto da situação sobre os projectos da Câmara de Gondomar, relativamente à questão da integração da pessoa com deficiência no concelho, e para manifestar o empenho da edilidade em apoiar o movimento associativo e da deficiência.

Henrique Rodrigues, presidente da Mesa da Assembleia Geral da Delegação, encerrou os discursos com um apelo à união e à participação dos associados na vida associativa e no futuro da ADFA.

Os parabéns pelo 26º aniversário da Delegação do Porto também foram cantados pelos associados dos núcleos associativos afectos à Delegação.

Numa atitude descentralizadora, ao longo do mês de Dezembro tiveram lugar os tradicionais almoços em várias localidades como, Arouca e Vale de Cambra, Santa Maria da Feira, Vila Real, Chaves e Viana do Castelo que reuniram cerca de meio milhar de associados e familiares numa demonstração de vivência associativa.

Exposição de pintura e desenho

Integrada nas comemorações deste 26º aniversário foi inaugurada a primeira Exposição de Pintura e Desenho do Centro de Actividades Ocupacionais da Delegação do Porto (CAO). Com cerca de um ano de existência, o CAO fez a primeira demonstração pública do trabalho que tem vindo a desenvolver.

Esta experiência, pioneira na ADFA, recolheu os maiores elogios por parte dos visitantes, entre os quais alguns entendidos em arte. Para a coordenadora do CAO, Margarida Marques, "este é o reflexo de um ano de trabalho de pessoas que pensavam que não conseguiam fazer um risco".

Para os artistas a exposição é o reconhecimento de um ano de dedicação e de aprendizagem.

A grande novidade foi dada por Abel Fortuna, presidente da Direcção da Delegação que revelou que "vai ser constituído um júri isento que irá seleccionar um trabalho que servirá de tema para os cartões de aniversário do próximo ano".

AV



FOTOLEGENDA

Palhaços trapalhões animaram festa de Natal da Delegação do Porto

Aulas de Aeróbica

A partir do dia 15 de Janeiro vai começar a funcionar no ginásio da delegação do Porto a modalidade de Aeróbica. As aulas vão ter lugar às 4ª e 6ª Feira, das 18h30 às 19h30. As inscrições devem ser feitas no Serviço de Atendimento da Delegação.

AV

Famalicão

Festa de Natal anima associados

O teatro Construção de Joane foi o palco da Festa de Natal da Delegação de Famalicão, que teve lugar no passado dia 10 de Dezembro.

Aberta aos filhos e netos dos associados algumas dezenas de crianças encheram a sala para ver uma peça de teatro cujo tema foi o ambiente e a necessidade de preservar o bem comum que é a natureza.

O carácter didáctico da peça suportado por uma representação à altura do tema não chegou para abstrair a criançada do que para eles era o mais importante, os presentes. Mas as expectativas não foram defraudadas, o Pai Natal fez-se representar pelos dirigentes e colaboradores da Delegação que distribuíram os tão desejados presentes.

AV



Reunião de Associados Sede Nacional

3 de Janeiro, Quarta-feira - 18h00

- 1 - Criação da Delegação de Lisboa
- Perfil da Comissão Instaladora
- 2 - Informações Gerais

Reunião de Associados Sede Nacional

12 de Janeiro, Quarta-feira - 18h00

Aplicação do DL 134/97, designadamente no que se refere à classe de Praças

PARTICIPA!

SERVIÇOS DA DELEGAÇÃO DO PORTO

APOIO AOS SÓCIOS

Serviço de Atendimento

Assistentes: Sónia Aguiar e Rogério Nascimento
Dias úteis: 9H00/ 12H30 e 13H30/17H30
1º Sábado do mês: 10H00/13H00 e 14H00/17H30

Consultadoria Jurídica

Responsável: Dra. Manuela Santos
Marcações no Serviço de Atendimento

Aquisição de Viaturas com Isenção de Imposto

Assistente: Elisabeth Couto

SERVIÇOS MÉDICOS E PSICOSSOCIAIS

Clínica Geral: Dr. Aníbal Montalvão
3ª Feiras das 15H00 às 19H00
Marcações no Serviço de Atendimento

Psicologia: Dra. Ana Conde
Marcações com a própria

Psiquiatria: Dr. Joaquim Neves de Sá
Marcações: Elisabeth Couto

Gabinete de Serviço Social

Responsável: Dra. Margarida Marques
Delegação
4ª Feira - 14H00/17H30
5ª Feira - 9H00/12H30
Hospital Militar
4ª Feira - acompanhamento de consultas específicas (Fisiatria)
5ª Feira: 14H30/17H30

CENTRO DE ACTIVIDADES OCUPACIONAIS

Inscrições no Gabinete de Serviço Social

DESPORTO CULTURA E LAZER

BIBLIOTECA

CAMPO DE JOGOS

Responsável: António Carvalho
2ª a Sábado - Marcação Prévia
Domingos de manhã - Reservado a associados e familiares

GINÁSTICA DE MANUTENÇÃO

Monitor: Professor Miguéis
2ª e 5ª Feira - 17H00 às 19H00

BAR

Dias úteis - 8H00/19H00
Sábados - 9H00/19H00

RESTAURANTE (Almoços)

Dias úteis - 12H30/14H30
1º Sábado do mês - 12H30/14H30
Marcação Prévia

CONTACTOS:

Telefones: 22 832 0403
22 832 0744
Fax: 22 832 5242



Opinião

Assistência na Doença aos Militares do Exército

João Gonçalves

Sempre houve uma certa dificuldade na assistência na doença à pessoa Deficiente Militar e suas famílias, mas de há uns tempos para cá tem surgido uma maior dificuldade junto dos diversos centros financeiros espalhados pelo País, pelo motivo destes não estarem a ser dotados de verbas suficientes para participar nas despesas com a saúde dos militares em geral e dos Deficientes das Forças Armadas em particular.

Segundo parece, o motivo porque isto está a acontecer é o facto das Forças Armadas terem visto aumentados os seus quadros com os militares que hoje compõem as Forças Armadas em regime de voluntariado e de contrato, aumentando assim o número de beneficiários da ADME, não tendo em conta a actualização do plafond que é atribuído

anualmente para apoio, na área da saúde, da família militar. Ao que parece as dificuldades financeiras só se verificam nos centros financeiros locais, quando em Lisboa - serviços centrais - as participações são efectuadas na hora da entrega dos recibos médicos. A ser assim, algo se está a passar nos serviços que não funciona, no seu todo nacional, em igualdade de tratamento para todos os beneficiários, como deveria acontecer. A Direcção Nacional da ADFA foi alertada para o que se está a passar e sabe das dificuldades de quem é da província até para conseguir consultas nos Hospitais e Centros de Saúde, onde ainda na maior parte exigem o pagamento das taxas moderadoras, quando delas os Deficientes Militares das Forças Armadas estão isentos. No ano de 1998 cheguei até ao Ministério da Saúde. A Lei foi revista, a ADFA foi consul-

tada para emitir o seu parecer, mas eu que trabalhei para a Lei ser actualizada e aplicada em todo o País, não fui ouvido. O parecer chegou errado ao Ministério da Saúde. A Lei saiu confusa, de forma a que tem que ser a Caixa Geral de Aposentações a dar o parecer sobre o direito da isenção de pagamento das taxas moderadoras!...

Como é possível ser a Caixa Geral de Aposentações a dar um parecer, quando os Deficientes das Forças Armadas têm documentos, que, ao abrigo do Dec. Lei 43/76 de 20 de Janeiro, lhe conferem o direito à assistência médica, com as isenções devidas.

Quem vive nos centros de decisão pode deslocar-se aos Hospitais Militares e aí têm direito a tratamento, hospitalização, participações médicas a horas, com as isenções devidas. Quem vive na província, tem

que ter paciência e saber esperar meses, que cheguem as verbas aos centros financeiros para serem comparticipados da parte a que têm direito. Sou responsável pela delegação da ADFA de Viseu e já não sei o que responder aos beneficiários, uma vez que enviamos o receituário médico para Lisboa - ADME - e este envia novamente para ser comparticipado no centro financeiro do RI - 14 de Viseu. Mas se a este não chegam as verbas, como é que podem participar? É uma situação que não pode continuar. O sistema tem que ser actualizado. Propunha o envio do receituário médico para a ADME e o pagamento directo em conta bancária, pelos serviços da ADME Central a exemplo do que já se pratica na ADMA - Marinha e ADMFA - Força Aérea. A continuar assim é que não pode ser. *

2 de Dezembro

Encontro convívio da Delegação de Viseu

Os associados da Associação dos Deficientes das Forças Armadas da Delegação de Viseu, na manhã do dia 2 de Dezembro, começaram a chegar de todo o distrito, das zonas mais longínquas, uns direccionados à Delegação, outros directamente às instalações do RI - 14. Local da realização do encontro-convívio.

Estiveram presentes o Sr. Vereador da Câmara Municipal de Viseu - Sr. Professor Lemos, o Sr. Comissário da Polícia - Alfredo Lopes Ferreira, o Sr. Major Figueiredo da Liga dos Combatentes, o Sr. Vice Presidente da ADFA Nacional, as Delegações de Bragança, Famalicão e Porto, Associações de Comandos e da ACAPO.

Depois de se conviver um pouco, foi hora de rumar ao local onde se vai implantar um monumento aos Combatentes do Ultramar e

aí foi assinalado o acto, com a colocação de um ramo de flores naquele local sagrado, cujo inicio da obra se iniciará dia 4 de Dezembro.

Terminado este acto, foi celebrada a Santa Missa, pelo Sr. Cónego Arménio, do Colégio de Santo António. Um dos altos momentos vividos surgiu pelas palavras proferidas naquele momento solene, de engrandecimento aos associados da Associação, pela coragem, pelo sofrimento, valores que representa a nobre missão do serviço em defesa da Pátria, durante a honrosa missão da prestação do serviço militar. Agora noutra missão de servir, de entrega, de partilha, de união, em defesa de ideais tão puros, que só a ajuda na partilha em Associação, como o é a Associação dos Deficientes das Forças Armadas, que o pratica através dos seus associados, dos seus dirigentes.

Com honras militares, foi depositada uma coroa de flores junto do Monumento à entrada do Quartel do RI - 14, em homenagem aos militares falecidos.

Em alegre convívio, um magnífico almoço, confeccionado e servido nas instalações do RI - 14, onde não faltaram os acordes do José Félix e do Balula, bem acompanhados por belíssimas vozes de associadas que animaram o encontro, já com um cheirinho a Natal, com o Bolo Rei, acompanhado do bom Porto, que gentilmente o Sr. Urbino Monteiro faz questão de nos presentear todos os anos. Que para o ano estejamos todos presentes. Desejo um feliz Natal e que no ano de 2001, dentro da ética e do bom senso, prevaleça a justiça e o amor para todos os associados. *

João Gonçalves

Mensagem de Natal



Caríssimos Amigos

O Presidente da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, Delegação de Viseu, deseja a todos os órgãos da ADFA, associados, companheiros e amigos um Natal feliz. Neste Natal, final do milénio e chegada o novo século, quero armar uma árvore dentro do meu coração e nela pendurar, em vez de presentes, os nomes de todos os meus amigos. Os amigos antigos e os mais recentes. Os amigos de longe e de perto. Os que vejo a cada dia e os que raramente encontro. Os sempre lembrados e os que às vezes ficam esquecidos. Os das horas difíceis e os das horas alegres. Os que sem querer os magoei, ou sem querer me magoaram. Aqueles que pouco me devem e aqueles a quem muito devo. Meus amigos humildes e meus amigos importantes.

Os nomes de todos que já passaram pela minha vida, muito especialmente aqueles que já partiram e que lembro com tanta saudade. Que o Natal esteja vivo em cada dia do Ano Novo e que a nossa amizade seja um momento de repouso nas lutas da vida, para assim vivermos na concordância, amor, paz, minimiza o sofrimento, juntos.

Natal, Ano Novo, sorrisos, família, amigos, alegria, amor, ajuda, calor, paz...
...O teu nome também lá está!!

Com os votos de um Santo Natal e um feliz Ano Novo. *

João Gonçalves



ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE

PROGRAMA OPERACIONAL EMPREGO,
FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

COMUNIDADE EUROPEIA
Fundo Social Europeu

PROMOÇÃO DE INSERÇÃO SOCIAL
E PROFISSIONAL DAS PESSOAS
COM DEFICIÊNCIA.

2001

CURSOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA DEFICIENTES MOTORES,
ORGÂNICOS E AUDITIVOS LIGEIOS
(M/F)

• ESCRITÓRIO ELECTRÓNICO • ARTES GRÁFICAS (FOTOCOMPOSIÇÃO)

REQUISITOS:

9º ANO DE ESCOLARIDADE OU EQUIVALENTE • IDADE ENTRE OS 15 E OS 50 ANOS
NACIONALIDADE PORTUGUESA / DESEMPREGADOS

INSCRIÇÕES ATÉ 15 DE JANEIRO DE 2001

Av. Padre Cruz - Edifício ADFA - 1600-560 Lisboa / Telef.:217512600 EXT 223 / Fax:217512610

Convocatória

Nos termos do n.º 1 do Art. 49º dos Estatutos da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, a Mesa da Assembleia Geral da Delegação da ADFA de Viseu, convoca os associados da Delegação para a Assembleia Geral Ordinária, a realizar no dia 10 de Fevereiro de 2001, com início às 14h00 na sede da Delegação, Praceta ADFA - Empreendimento das Magnólias, Lote 4 R/c, Bairro da Balsa - 3510-009 Viseu, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

01 - Apreciação e votação do Relatório de Actividades e Contas da Direcção e parecer do Conselho Fiscal relativos ao ano de 2000.

02 - Outros assuntos de interesse associativo.

Projecto de Intenções ADFA/ADELLIN

ADFA coopera com congénere guineense

FARINHO LOPES



Momento da assinatura do Projecto de Intenções

Na sequência de contactos estabelecidos foi assinado, no passado dia sete de Dezembro, um Projecto de Intenções entre a ADFA e a Associação dos Deficientes da Luta de Libertação Nacional (ADELLIN), sob o patrocínio do Governo português, com o intuito de perspectivar a futura colaboração entre as

duas organizações para apoio dos deficientes militares da Guiné-Bissau.

Numa primeira fase, a cooperação vai iniciar-se com a reabilitação do Centro de Brá, "que visa a reabilitação física e profissional dos militares mutilados", sendo necessária a deslocação de técnicos da ADFA

àquele País, a fim de quantificar as necessidades humanas e técnicas para que o seu funcionamento se efective.

As áreas de reabilitação física e profissional vão incluir o fornecimento de próteses e ortóteses, apoio em termos de medicina física e de reabilitação, bem como a criação de condições mínimas que possibilitem iniciar ou reiniciar uma actividade profissional, incluindo formação técnica de base e fornecimento de "kits" de ferramentas, entre outras medidas a implementar.

"A ADFA compromete-se a apresentar um projecto às entidades financiadoras", referiu Patuleia Mendes, presidente da DN e signatário do documento, aludindo a que "esta é a forma mais importante de se exercer a Reabilitação, um passo histórico nas relações entre as duas organizações de deficientes militares".

Martinho Mendes, presidente da ADELLIN, referiu ser este o "culminar de um projecto iniciado em 1996, suspenso pelas condições vividas com o levantamento político-militar na Guiné-Bissau."

O projecto de intenções contempla ainda que, dentro das instalações do Centro de Brá, vão funcionar os serviços da ADELLIN e do Núcleo da ADFA na Guiné-Bissau. •

R.V.

1º Grande Concurso de Pesca Desportiva de Bóia

Equipa da ADFA mostra a sua dinâmica

A equipa de Pesca Desportiva da ADFA (Sede Nacional) participou no 1º Grande Concurso de Pesca Desportiva de Bóia, realizado na Baía da Cova do Vapor e Esporão Grande, em Almada, no dia oito de Dezembro.

Alberto Moreira, Fernando Carvalho, Fernando Sousa, Jorge Neto e José Joaquim foram os associados que disputaram a prova, acompanhados por Paulo Neto, filho do associado Jorge Neto.

Num encontro desportivo em que participaram cerca de 140 pescadores, os elementos da equipa da ADFA classificaram-se nas seguintes posições: Jorge Neto, com 1,1 quilograma, em 21º lugar; Fernando Carvalho, com 900 gramas, em 28º lugar; Alberto Moreira, com 700 gramas, em 51º lugar; Fernando Sousa, com 600 gramas, em 52º

lugar; Paulo Neto, com 500 gramas, em 59º lugar; e José Joaquim, com 150 gramas, em 99º lugar.

"Apesar de algumas dificuldades por causa da entrada dos barcos na lota, o convívio foi excelente, nomeadamente com a caldeirada de bacalhau que foi servida depois da pescaria", referiu Fernando Carvalho.

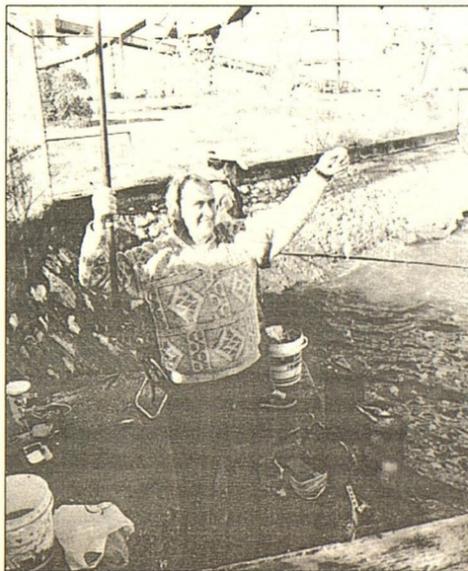
De facto, o almoço-convívio teve lugar nas instalações da Sociedade Recreativa e Musical da Trafaria (SRMT), sendo também entregues os prémios a todos os participantes.

A ADFA ofereceu lembranças aos organizadores da prova, Nelson Leitão e Horácio Louro, representados por António Cardoso, e agradeceu o convite feito à Associação.

O encontro desportivo foi apoiado pelo bar "O Cardoso" e pela SRMT. •

RV

FARINHO LOPES



Revista de Imprensa



PROTECÇÃO PARA DEFICIENTES

"Os Deficientes em geral, e, sobretudo, as crianças e os jovens, têm o Direito a uma série de prestações da segurança social.

Desde o momento em que nasce, o deficiente tem direito a vários subsídios da segurança social, que podem variar em valor e em natureza, consoante as fases da sua vida."

O Renal - Jul/Ago/Set00

MONTEMOR RECEBE ADFA

"Os deficientes das Forças Armadas, adstritos à Delegação de Évora da Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA) vão reunir-se no seu habitual almoço convívio de Natal em Montemor-o-Novo."

Brados do Alentejo - 01Dez00

REMÉDIO TRAVA CEGUEIRA IRREVERSÍVEL

(...) "O "Visodyne" nome comercial do novo tratamento lançado no mercado nacional em Agosto deste ano e cujos resultados obtidos pela primeira aplicação no nosso país, foram divulgados durante o XLIII Congresso da Sociedade Portuguesa de Oftalmologia, a decorrer em Vilamoura, permite travar o agravamento da doença e, em alguns casos, melhorar a visão afectada pelo aparecimento das lesões provocadas pela DMRI, ou por outras patologias, como a miopia maligna, que apresentam lesões semelhantes."

Correio da Manhã - 4Dez00

JOVENS DA CERCÍ INTEGRADOS

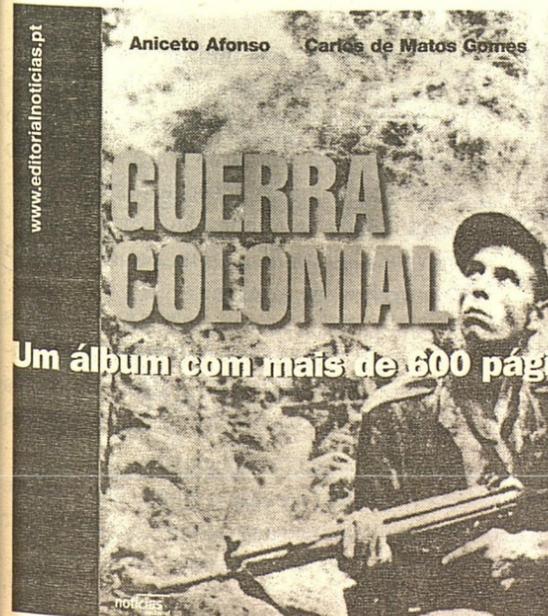
"Dos cinquenta jovens com problemas mentais que participaram no projecto de "formação em posto de trabalho" da CERCÍ Tejo, cerca de 90% conseguiram integrar-se e ficar a trabalhar nas empresas onde estagiaram."

24 Horas - 14Dez00

PROTOCOLO PARA ENGENHOS DE GUERRA

"O Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICR) (...) As minas anti-tanques são outro dos motivos de preocupação do CICR, pois dificultam o acesso às vítimas e limitam os movimentos da população civil. Nos últimos dez anos, as organizações humanitárias foram vítimas de vinte incidentes, devido a estes engenhos, que mataram dezasseis funcionários e feriram 63 com gravidade."

Diário de Notícias - 15Dez00



A GUERRA COLONIAL de Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes

Um álbum com mais de 600 páginas e com quase mil fotos inéditas, mapas e infografias das grandes operações



O PRAZER DE LER ■ A PAIXÃO DE EDITAR ■

ENCOMENDE JÁ COM DESCONTO

Nome _____
Morada _____
Código Postal _____ Localidade _____
Telefone _____ Profissão _____ Data de nascimento _____
 Levantar na ADFA (sem portes)
 Envio

Junto envio cheque no valor de 8820\$00 mais portes* de envio à ordem de ADFA *Portugal 345\$00/UE 2580\$00 (resto do mundo 517\$500)

Stress de Guerra leva ex-militar ao quartel

"Melhor que uma condecoração"

João Zeferino é um ex-militar que veio marcado da Guerra Colonial. O Stress de Guerra traz-lhe memórias diárias de tudo o que viveu e levou-o a pedir para voltar às fileiras. Por um dia, o candidato a associado viveu as emoções de estar na unidade em que serviu há 30 anos e que tem recordado com saudade. Um estímulo que prova que entre os militares e ex-militares a camaradagem nunca morre.

Rafael Vicente

A manhã de 12 de Dezembro começou cedo para João Trindade Zeferino, num dia que podia ser igual aos outros, não fosse a emoção de se reencontrar com um "episódio marcante" da sua vida como militar do Exército.

João Zeferino é candidato a associado da ADFA e é portador de uma doença que só há bem pouco tempo foi reconhecida oficialmente: Stress de Guerra.

Foi a doença que o levou a escrever ao Chefe de Estado-Maior do Exército (CEME), solicitando o reingresso nas fileiras. As recordações duras dos seus tempos na Guerra Colonial fragilizaram-no física e psicologicamente. "Vivo todos os dias com os meus camaradas desaparecidos no pensamento", refere.

O CEME ficou sensibilizado com a frontalidade e "pela forma carinhosa, respeitadora e nostálgica" como se referiu à Instituição Militar e ao Exército e concedeu-lhe uma visita à Escola de Sargentos do Exército



O Cor. Meireles recebe João Zeferino

(ESE), em Caldas da Rainha, onde João Zeferino havia servido como monitor de um pelotão de recrutas do curso de sargentos milicianos no então Regimento de Infantaria n.º 5.

"Foram tempos de desafio, nesse ano de

1969, em que formei os camaradas na educação física; um pouco atrapalhado a princípio, pois nunca tinha sido instrutor", lembra.

A visita começou com as palavras de boas vindas do comandante da unidade, coronel Meireles Carvalho, que realçou que a experiência desta visita "é importante, pois esperamos que contribua para a estabilidade emocional deste nosso camarada", destacando ainda que, durante a visita às instalações, João Zeferino seria acompanhado pelo sargento ajudante Rodrigues e pelo 1º sargento Minhava, sendo também convidado para um almoço com os militares.

Por tudo o que tem passado João Zeferino não consegue disfarçar as emoções e, ao dirigir-se ao comandante da ESE, lembrou os companheiros de armas a quem presta homenagem e referiu que "esta visita é mais do que uma condecoração, é uma deferência da Instituição Militar para comigo, que muito me honra".

Da história de guerra na Guiné, que prefere não trazer ao presente por palavras, constam três louvores, mas os traumas do combate não deixaram que os momentos positivos alegrassem a sua vida depois de África.

"O pior é o isolamento a que nos obrigamos com esta doença", diz o candidato a associado da ADFA, lembrando que foi através do Gabinete Jurídico da Sede, em 1998, e, mais tarde, com a ajuda do Departamento de Reabilitação e Apoio Social da ADFA (DRAS), que conseguiu "avançar para uma vida menos amargurada, em que passei a contactar os meus amigos", em busca de maior estabilidade emocional.

João Zeferino não deixou de expressar a sua gratidão ao coordenador do DRAS, Silvério Rodrigues, que, a seu ver, também contribuiu para que "tivesse ânimo para escrever ao CEME".

"A minha mulher tem sido uma companheira exemplar, uma pessoa que tem sempre tentado compreender a minha situação de ex-militar", salientou João Zeferino, com os olhos cheios de lágrimas postos na sua esposa, que fez questão que o acompanhasse naquele dia especial.

Para o ex-militar, cada momento amargo da sua vida tem sido minorado com a ajuda e cumplicidade, da sua mulher. "À medida que a idade vai avançando sinto o meu problema agravado", lamenta, "mas a minha mulher



João Trindade Zeferino

tem sido a minha base de apoio, juntamente com os meus filhos."

Depois de tantos anos em conflito consigo mesmo, escondendo o seu trauma de guerra até dos próprios filhos, João Zeferino referiu que "até já fui ao almoço do meu Batalhão, onde encontrei os meus camaradas."

Durante toda a visita, os olhos de João Zeferino percorriam ávidos os locais que já tinha pisado há 30 anos, parando nas recordações tão vivas na sua mente.

O museu organizado pela ESE na sala de honra da unidade trouxe-lhe as caras do passado, nas fotografias e objectos expostos. A preocupação dos militares que acompanharam a visita foi sempre responder a todas as questões, intercalando a história com explicações cuidadas.

"A alegria de receber um telefonema a confirmar a visita à ESE" superou os quase 20 anos de silêncios e angústias que foram quebrados apenas com o primeiro contacto com o Gabinete Jurídico, há dois anos, com a Dr.ª Helena Afonso e com o Dr. António Carreiro."

No fim do périplo pelo ambiente militar "que me faz tanta falta", João Zeferino não seguiu a emoção.

O dia em que regressou ao quartel vai ficar bem guardado "no coração, junto de tantos camaradas que recorro com muita saudade".

Para a ADFA fica a "grande vitória de ter tirado do isolamento total um homem marcado pela guerra" e por uma vida inteira de lembranças de tantos outros que com ele combateram em África. •



A visita passou pelo Museu da Escola de Sargentos do Exército

Delegação de Lisboa em debate

Reunião de associados na Sede Nacional

FARINHO LOPES



A criação da Delegação de Lisboa foi o ponto dominante da reunião de associados que se realizou na Sede Nacional, no dia 12 de Dezembro.

Os cerca de 30 associados que se reuniram debateram a alteração da composição do grupo de diálogo para a criação da Delegação de Lisboa, face à resignação de dois dos seus elementos, Patuleia Mendes e Artur

Vilares, que passaram a integrar a DN.

O grupo de diálogo passou a ter a seguinte composição: Manuel Lopes Dias, Armando Alves, Luís Machado, Garcia Miranda, Mário Djaló e Bento Raimundo.

Sobre a futura Comissão Instaladora, foram tecidos alguns comentários relativamente ao seu perfil e decidiu-se marcar para três de Janeiro a reunião em que se procederá à sua indigitação.

A distinção de poderes e serviços nacionais e regionais e o acompanhamento cuidado da fase de transição foram considerados factores importantes para o sucesso da criação da

Delegação. A ampla participação associativa no futuro é outro dos elementos a ter sempre presente.

Enquadrado nas informações gerais esteve a questão que se prende com a aplicação do DL 134/97, advogando-se uma "posição muito clara em relação às praças", tendo sido manifestado que "as ideias expostas e a disponibilidade de publicação legislativa promovem alguma discriminação em relação àquela classe da Armada".

Foi referido que tinham sido integrados no grupo das diversas sensibilidades e interesses sobre este assunto, alguns elementos da classe de praças que deram uma nova dinâmica ao seu funcionamento.

A reunião terminou com a prestação de outras informações de carácter geral por parte da DN. •

Ministra atenta à Rede do Stress de Guerra

Em 30 de Novembro decorreu no Ministério da Saúde uma audiência da ministra da Saúde à Direcção Nacional da ADFA na qual, para além da normal apresentação de cumprimentos por parte da nova Direcção, o tema principal foi a Rede de Apoio ao despiste e tratamento do "Stress de Guerra".

Foi feita uma exposição dos pontos de vista da ADFA, nomeadamente quanto à sua participação no processo. Salienta-se, entre outros, alguns pontos dessa explanação:

- A consideração de que o "stress de guerra é um problema de saúde pública e não apenas de ex-combatentes; ele atinge não só os próprios, como os familiares, amigos e colegas de trabalho;

- A necessidade imperiosa e urgente de se constituir a rede nacional de despiste e tratamento, para reduzir, leia-se eliminar, os custos sociais e materiais, que comporta; por outro lado, só a constituição e funcionamento da rede pode evitar algum eventual aproveitamento que se queira fazer desta situação;



A ministra da Saúde com os elementos da Direcção Nacional

- A constatação de que só uma visão micro-económica perfeitamente míope e redu-

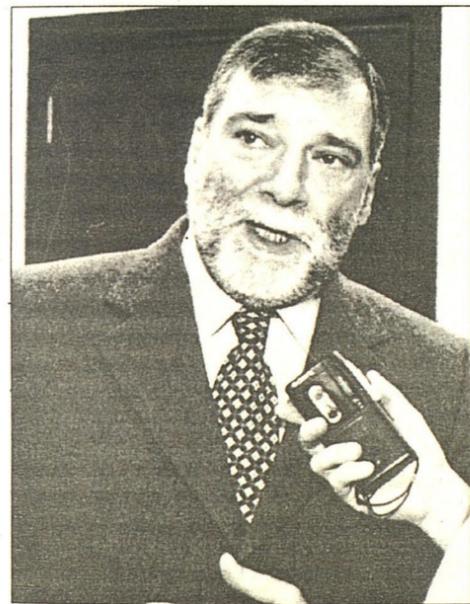
recuperação do pessoal atingido limitará os períodos de baixas, o recurso aos médicos de família, o hiper-consumo de medicamentos tipo psicotrópicos, as aposentações precoces, etc., ou seja, irá representar, a prazo, uma economia para o país;

- A convicção de que não é correcto extrapolar números de outros conflitos para o caso nacional; na verdade, as circunstâncias variam de Teatro de Operações para Teatro de Operações e mesmo dentro de cada um, pois cada caso é um caso.

Pela Ministra foi manifestado o interesse e a compreensão, bem como a determinação em cooperar com o Ministério da Defesa, numa primeira fase, e com outras entidades, incluindo ONG como a ADFA, em fases posteriores.

De salientar o ambiente extremamente cordial em que decorreu o encontro, em que a Ministra, vizinha da sede nacional, prometeu fazer-nos uma visita em data a fixar. •

NSC



Secretário de Estado Adjunto do ministro do Trabalho e da Solidariedade

ADFA recebida em audiência

A Direcção Nacional da ADFA foi recebida em audiência pelo secretário de Estado Adjunto do ministro do Trabalho e da Solidariedade, Rui Cunha, no passado dia 20 de Dezembro.

Patuleia Mendes, Artur Vilares e Capela Gordo representaram a ADFA.

Sobre a quota de emprego foram trocadas impressões acerca do recente decreto-lei que estabelece que os deficientes com incapacidades iguais ou superiores a 60% gozam de

uma quota de 5% nos concursos externos de admissão à Função Pública com realce para os aspectos que a ADFA pretende ver melhorados.

No que se refere ao crédito de horas para dirigentes associativos, o governante evidenciou dificuldades legais devido à aprovação pela AR da Lei das Associações de Deficientes mas manifestou a vontade do Ministério para ultrapassar a questão.

De acordo com as conclusões do IV Con-

gresso, a ADFA manifestou a pretensão de fazer-se um levantamento das necessidades de apoio ocupacional, ao domicílio e de residência protegida, matéria sobre a qual Rui Cunha acolhe com agrado a apresentação de projecto da ADFA, com vista ao seu apoio e financiamento.

Debateu-se também a forma de concretizar a obrigação do Governo de recolher os DFA em estabelecimentos do Estado no sentido de ser proporcionado apoio nos próprios locais de residência, através de protocolos com as instituições e ONG, tendo em vista a integração no ambiente familiar, social e cultural.

Foi ainda abordada a questão do pagamento das "baixas" aos deficientes militares, área em que se têm verificado problemas. A ADFA irá submeter documento ao secretário de Estado. •

NSC

23ª Assembleia Geral da FMAC, em Paris

ADFA apresenta propostas

A 23ª Assembleia Geral da Federação Mundial de Antigos combatentes e Vítimas de Guerra (FMAC) decorreu entre cinco e oito de Dezembro, em Paris, tendo primeiro sido analisadas as propostas das organizações nacionais, primeiro em três Comissões especializadas: I - Readaptação e Assuntos Sociais, II - Orientações e III - Assuntos Internos.

A ADFA apresentara três propostas visando as situações em Timor Lorosae, no Sahará Ocidental e em Angola.

A do Sahará foi fundida, ainda antes do início dos trabalhos, com uma proposta marroquina, tendo sido aprovada por unanimidade. A de Timor, após ter sido pedida a sua alteração no sentido de lhe dar um sentido mais genérico, foi ligeiramente modificada, tendo permanecido a referência expressa a Timor e consagrada a frase

"levadas a tribunal" em relação aos culpados de genocídio, tendo sido aprovada por unanimidade. A de Angola foi também modificada, nela ficando a expressão mais genérica "África Ocidental", por forma a abranger outros conflitos da região, tendo sido também aprovada por unanimidade.

Foi também feita a revisão dos Estatutos e do Regulamento Interno da FMAC, de uma forma a aumentar a operacionalidade da organização e a sua democraticidade, já que facilita a apresentação de candidaturas aos cargos.

Eleições

As eleições decorreram no último dia, com resultados algo inesperados. Numa primeira votação para a presidência, houve empate, caso inédito na FMAC; na segunda votação,

venceu Abdul Hamid Ibrahim, da Malásia. Pela primeira vez, o presidente não será europeu.

Para vice-presidentes, reinou a continuidade: Mohamed Ben-Jelloun, Vladimir Govorov, June Stone e Stanley Allen; igualmente no Comité Financeiro não houve novos nomes.

Para o Conselho Geral foi nomeado Jan Loos, sem necessidade de votação, por desistência dos outros indigitados.

A África do Sul apresentou a sua candidatura para a realização da próxima Assembleia Geral em 2003.

Entidades oficiais

Os participantes nesta Assembleia foram convidados para recepções, sucessivamente pelo secretário de Estado dos Antigos

Combatentes, pelo presidente da Câmara de Paris, pelo primeiro ministro e pelo presidente do Senado, o que mostra a atenção das autoridades francesas aos antigos combatentes.

Foram também recebidas muitas mensagens e telegramas de muitos Chefes de Estado e de Governo, entre os quais os Presidentes Clinton e Chirac, e também de Prodi e Koffi Annan.

Outras associações

Foram mantidos contactos constantes com a AMMIGA e com a ADEMIMO, nossas congéneres de Angola e de Moçambique.

Foram admitidas como membros 23 novas associações. Muitas delas são o resultado dos novos países, e nalguns casos o nacionalismo está patente, como na Bósnia-Herzegovina, que apresenta três associações (sérvia, croata e muçulmana). Se nalguns casos parecem ter o carácter de organizações não-governamentais, noutros parecem ser delegações, se não oficiais, pelo menos oficiosas. •

NSC

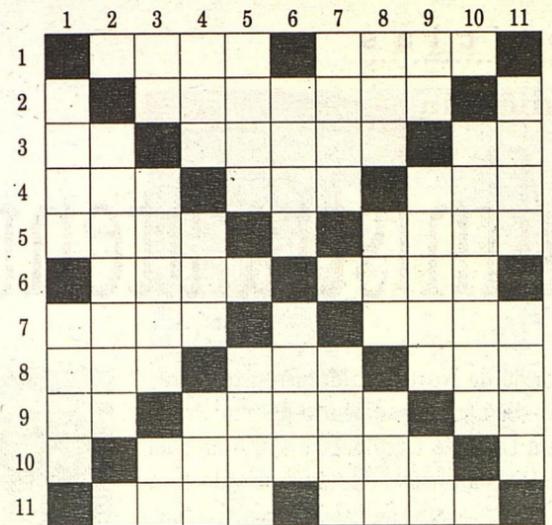
ANIMAIS RAROS
E INTERESSANTES



NOME CIENTÍFICO:
KANGURUS ELASTICOS

NOME VULGAR:
SALTITÃO

SALTA DE PASTA EM PASTA

HORIZONTAIS

1 - Felino; pássaros. 2 - Equídeos. 3 - Lamento; careca; orifício. 4 - Gosta; louvor; bebida. 5 - Depois; comer à noite. 6 - Antílope africano; existiam. 7 - Ponto cardeal; país do Médio Oriente. 8 - Base aérea; pêlos de animal; juntei. 9 - Lado do vento; atai; atmosfera. 10 - Espécie de cabra selvagem dos Alpes. 11 - Face; barco de recreio.

VERTICAIS

1 - 4 vogais iguais; deus dos ventos. 2 - Contribuição. 3 - Antes de Cristo; grande artéria; aqui. 4 - Tomografia axial computadorizada; reme para trás; casa. 5 Do feito do ovo; ferramenta. 6 - Força; guisado. 7 - Branca; vestuário feminino indiano. 8 - Vai pelo ar; acreditei; levanta. 9 - Existes; Estadô do Brasil; Anti-tanque. 10 - Denominada. 11 - Luz da Lua; metal precioso.

SOLUÇÕES HORIZONTAIS

1 - Gato; aves. 2 - Camurça. 11 - Carra; late.

VERTICAIS

1 - AAAA; Bolo. 2 - Imposto. 3 - AC; aorta; cá. 4 - TAC; sie; lar. 5 - Oval; lima. 6 - Alor; ragú. 7 - Alva; sarl. 8 - Voa; cri; iga. 9 - Es; Ceará; AT. 10 - Chamada. 11 - Luar; otro.

VENDA DE AUTOMÓVEIS VENDA DE AUTOMÓVEIS VENDA DE AUTOMÓVEIS VENDA DE AUTOMÓVEIS

VOLKSWAGEN E AUDI

MODELO	P.BASE	P.V.P.
Lupo		
1.0 Conceptine	1.553.721,00	2.138.169,00
1.0 Conceptine AC	1.817.953,00	2.487.321,00
1.2 TDI 61 cv	2.141.905,00	3.015.730,00
1.4 TDI Conceptine	2.068.274,00	3.294.817,00
1.4 16 v cx. Automática	2.254.937,00	3.454.170,00
Polo		
1.0 Conceptine 3P	1.688.662,00	2.344.825,00
1.0 Conceptine 5P	1.753.654,00	2.420.866,00
1.4 Conceptine 3P	1.879.333,00	3.023.489,00
1.4 Conceptine 5P	1.944.325,00	3.099.529,00
1.4 Highline AC 3P	2.176.974,00	3.371.729,00
1.4 Highline AC 5P	2.241.963,00	3.447.766,00
1.4 Confortline 3P cx. Aut.	2.110.086,00	3.239.065,00
1.4 Confortline 5P cx. Aut.	2.175.078,00	3.315.105,00
1.4 TDI Confortline 3P	2.301.233,00	3.576.154,00
1.4 TDI Confortline 5P	2.366.225,00	3.652.195,00
1.4 TDI " ABS+AC 5P	2.583.323,00	3.906.200,00
1.4 TDI Trendline 3P	2.496.711,00	3.804.864,00
1.4 TDI Trendline 5P	2.561.699,00	3.880.900,00
Polo Variant		
1.4 Confortline	1.933.118,00	3.086.417,00
1.4 Highline AC	2.477.871,00	3.723.778,00
1.9 SDI Confortline	2.340.177,00	4.496.292,00
1.9 TDI Confortline	2.466.316,00	4.643.874,00
1.9 TDI Trendline	2.848.040,00	5.090.491,00
Polo 3 Volumes		
1.4 Confortline	1.916.633,00	3.067.130,00
1.4 Highline	2.405.828,00	3.639.488,00
1.9 SDI Confortline	2.268.389,00	4.412.300,00
1.9 TDI Confortline	2.449.959,00	4.624.737,00
1.9 TDI Trendline	2.831.554,00	5.071.203,00
Golf		
1.4 Confortline 3p	2.512.696,00	3.773.298,00
1.4 Confortline 5p	2.602.765,00	3.878.579,00
1.4 Confortline JE+AC 5p	2.871.781,00	4.193.428,00
1.9 TDI 90 cv 5P	2.797.188,00	5.039.769,00
1.9 TDI 90 cv 5P cx. Aut.	3.258.784,00	5.579.837,00
1.9 TDI "25 Anos" 5p 110 cv	3.128.111,00	5.426.949,00
1.9 TDI "25 Anos" cx. Aut.	3.334.701,00	5.668.660,00
1.9 TDI Highline 5P	3.769.167,00	6.176.985,00
1.9 TDI Highline EC 5P	3.999.035,00	6.445.930,00
1.9 TDI Highline 4 Motion	4.028.926,00	6.480.903,00
1.9 TDI " 4 Tiptronic Aut.	3.981.179,00	6.425.039,00
Golf Variant		
1.4 Confortline	2.625.760,00	3.937.173,00
1.9 TDI Confortline 90 cv	2.899.955,00	5.160.007,00
1.9 TDI Highline 115 cv	3.847.596,00	6.268.747,00
1.9 TDI Highline 4 Motion	4.109.869,00	6.575.606,00
1.9 TDI 90 cv cx. Aut.	3.113.421,00	5.409.762,00
1.9 TDI 115 cv 4 Motion Aut.	4.062.121,00	6.519.741,00
1.9 TDI Cabrio 110 cv	4.566.665,00	7.110.058,00
Beetle		
1.9 TDI 90 cv	3.312.090,00	5.648.055,00
1.9 TDI 90 cv Autom.	3.520.608,00	5.892.021,00
Bora		
1.9 TDI Confortline 110 cv	3.362.934,00	5.701.692,00
1.9 TDI Highline 115 cv	4.096.420,00	6.559.871,00
1.9 TDI " 4 Motion 115 cv	4.120.852,00	6.588.456,00

1.9 TDI Tiptronic 115 cv	4.124.309,00	6.592.501,00
Passat		
1.9 TDI Trendline 110 cv	4.097.664,00	6.567.176,00
1.9 TDI " Variat. 110 cv	4.333.920,00	6.843.596,00
1.9 TDI Confortline 115 cv	3.694.715,00	6.095.726,00
1.9 TDI Trendline 115 cv	4.161.715,00	6.642.116,00
1.9 TDI Tiptronic 115 cv	4.041.093,00	6.500.988,00
1.9 TDI Tiptronic Trendline	4.508.095,00	7.047.381,00
2.5 TDI Highline 150 cv	4.910.256,00	8.624.963,00
2.5 TDI " Tiptronic 150 cv	5.180.507,00	8.941.157,00
Passat Variant		
1.9 TDI Confortline 115 cv	3.930.972,00	6.372.147,00
1.9 TDI Trendline 115 cv	4.397.972,00	6.918.537,00
1.9 TDI Tiptronic 115 cv	4.744.221,00	7.323.648,00
2.5 TDI Highline 150 cv	5.188.908,00	8.950.986,00
2.5 TDI Tiptronic 150 cv	4.458.158,00	9.267.178,00
Audi A2		
1.4	3.205.220,00	4.598.401,00
Audi A3		
1.6 Alt. 3P	3.431.989,00	5.244.665,00
1.6 Ambiente 3P	3.666.741,00	5.519.324,00
1.9 TDI Alt. 3P	3.940.895,00	6.395.457,00
1.9 TDI Alt. 5P	4.045.383,00	6.517.708,00
1.9 TDI Sport 3P	4.360.685,00	6.886.611,00
1.9 TDI Sport 5P	4.465.173,00	7.008.862,00
Audi A4		
1.9 TDI Alt. 115 cv	4.617.714,00	7.175.635,00
1.9 TDI Sport 115 cv	4.850.753,00	7.448.291,00
2.5 TDI Alt. 150 cv	5.506.034,00	9.322.023,00
2.5 TDI Sport 150 cv	5.587.231,00	9.417.024,00
Audi A4 Avant		
1.9 TDI Alt. 115 cv	4.850.753,00	7.448.291,00
1.9 TDI Sport 115 cv	5.082.078,00	7.718.941,00
2.5 TDI Alt. 150 cv	5.638.634,00	9.477.165,00
2.5 TDI Sport 150 cv	5.819.963,00	9.689.320,00
Audi A6		
1.9 TDI 110 cv	5.856.445,00	8.624.950,00
1.9 TDI 110 cv TA	6.044.479,00	8.844.950,00
2.5 TDI 150 cv	7.216.986,00	11.323.837,00
2.5 TDI Tiptronic 180 cv	7.828.407,00	12.039.200,00
Audi A6 Avant		
1.9 TDI 110 cv	6.180.300,00	9.003.860,00
1.9 TDI 110 cv TA	6.368.335,00	9.223.861,00
2.5 TDI Ambition 150 cv	6.648.736,00	10.658.985,00
2.5 TDI Tiptronic 180 cv	8.153.941,00	12.420.074,00

FIAT

MODELO	P.BASE	P.V.P.
Seicento		
Seicento Young	1.080.311,00	1.510.000,00
Seicento Sport	1.278.805,00	1.899.000,00
Panda Young	1.064.072,00	1.491.000,00
Punto		
1.2 3P	1.341.960,00	2.083.000,00
1.2 ELX 5P	1.550.507,00	2.327.000,00
1.2 16 v ELX 5P	1.657.345,00	2.452.001,00
1.2 16 v ELX Speedgear	1.841.960,00	2.668.000,00
Sport 3P	1.951.362,00	2.796.000,00
1.9 JTD ELX 5P	1.707.807,00	3.737.000,00

1.9 JTD HLX 3P	1.866.782,00	3.923.001,00
Palio		
Weekend 75	1.908.627,00	2.746.001,00
Weekend 70 TD	1.823.328,00	3.481.000,00
Bravo		
80 16 v SX 1.2	2.070.165,00	2.935.000,00
100 19 v SX 1.5 Autom.	2.281.341,00	3.801.000,00
100 JTD Sport	2.480.457,00	4.641.000,00
Brava		
80 16 v SX	2.070.165,00	2.935.000,00
105 JTD Stile	2.480.457,00	4.641.000,00
Marea e Marea Weekend		
80 16 v SX	2.306.063,00	3.211.001,00
105 JTD ELX	2.679.551,00	4.895.000,00
100 16 v ELX cx. Aut.	2.889.033,00	4.512.000,00
LANCIA		
MODELO	P.BASE	P.V.P.
Y 1.1 Elefantino Blue	1.494.318,00	2.157.000,00
Y 1.2 cx. Autom.	1.962.473,00	2.809.000,00
Y 1.2 16V LS	1.688.968,00	2.488.999,00
Libra 1.6	3.508.179,00	5.236.400,00
Libra 1.9 JTD LX	3.525.158,00	5.863.301,00
Libra 2.4 JTD LX	3.757.800,00	7.014.600,00
Libra SW 1.6	3.721.854,00	5.486.400,00
Libra SW 1.9 JTD LX	3.738.833,00	6.113.300,00
Libra SW 2.4 JTD LX	3.971.476,00	7.265.601,00
Lancia K 2.0	4.348.946,00	6.989.500,00
Lancia K 2.4 JTD LS	5.238.997,00	8.748.600,00
Lancia K SW 2.4 JTD	5.487.715,00	9.039.600,00
RENAULT		
MODELO	P.BASE	P.V.P.
Twingo		
Expression 1.2	1.427.335,00	2.122.230,00
Privilege 1.2	1.512.805,00	2.222.230,00
Clio		
RN 1.2 3p	1.557.250,00	2.274.230,00
SI 1.4 16 v 3p	1.795.822,00	2.892.230,00
RN 1.2 5p	1.622.207,00	2.350.230,00
RXE 1.4 16 v 5p	1.881.292,00	2.992.230,00
RN 1.9D 5P	1.553.392,00	3.494.230,00
RXE 1.9 DTI 5P	1.765.358,00	3.742.230,00
Megane		
RTE 1.4 16 V	2.176.567,00	3.343.230,00
RTE 1.4 16 V AC	2.304.772,00	3.493.230,00
RXE 1.9 DTI AC	2.738.410,00	4.886.230,00
RXE 1.9 DTI AC + cx. Aut.	2.934.992,00	5.116.230,00
Megane/ Break		
RTE 1.4 16 v	2.278.276,00	3.462.230,00
RXE 1.9 DTI	2.711.915,00	4.855.230,00
RXE 1.9 DTI AC	2.848.667,00	5.015.230,00
Megane Classic		
RN 1.4 16 V	2.219.302,00	3.393.230,00
RXE 1.9 DTI AC	2.781.146,00	4.936.230,00
RXE 1.9 DTI AC + cx. Aut.	2.977.727,00	5.166.230,00
Megane Scenic		
RTE 1.4	2.486.823,00	3.706.230,00

RXE 1.9 DTI AC	3.029.009,00	5.226.230,00
RXE 1.9 DTI AC + cx. Aut.	3.225.590,00	5.456.230,00
Laguna		
RXE 1.6	2.883.594,00	4.554.230,00
RXT 1.9 DTI	3.240.975,00	5.474.230,00
RXT 2.2 DT	3.654.873,00	6.545.230,00
Laguna Break		
RXE 1.9 DTI	3.232.428,00	5.464.230,00
RXT 2.2 DT	3.808.719,00	6.725.230,00
Kangoo		
1.2	1.793.819,00	2.560.230,00
RTE 1.9 DTI	2.084.833,00	4.125.230,00
OPEL		
MODELO	P.BASE	P.V.P.
Agila		
1.0 XE 5p	1.281.529,00	1.846.600,00
1.2 Elegance 5p	1.558.589,00	2.346.600,00
Corsa		
1.0 3p	1.496.913,00	2.098.600,00
1.0 5p	1.556.742,00	2.168.600,00
1.5 TD 3p	1.820.310,00	3.133.600,00
1.5 TD 5p	1.880.139,00	3.203.600,00
1.2 3p "100"	1.691.380,00	2.501.965,00
1.2 5p "100"	1.812.435,00	2.643.600,00
1.5 TD Sportive 3p	2.042.532,00	3.393.600,00
Astra		
Club 1.4 4p	2.410.621,00	3.641.600,00
Club 1.7 DTI 4p	2.587.551,00	4.396.600,00
Club 2.0 DTI 4p	2.553.249,00	4.926.600,00
Elegance 1.4	2.692.672,00	3.971.600,00
Elegance 2.0 DTI	2.835.301,00	5.256.601,00
Sport 2.0 DTI 3p	2.741.283,00	5.146.600,00
Club 2.0 DI 4p cx. Aut.	2.595.984,00	4.976.600,00
Club 2.0 DI 5p cx. Aut.	2.861.796,00	4.936.600,00
Astra Caravan		
Club 1.4	2.478.997,00	3.721.600,00
Club 1.7 DTI	2.655.927,00	4.476.600,00
Club 2.0 DTI	2.621.625,00	5.006.600,00
Elegance 2.0 DTI	2.937.865,00	5.376.600,00
Club 2.0 DI cx. Aut.	2.664.360,00	5.056.600,00
Vectra		
1.6 4p	3.125.472,00	4.863.600,00

Dia Internacional da Pessoa com Deficiência

Ferro Rodrigues preside às comemorações



Os associados da ADFA levaram a Chama da Amizade pelas ruas do Porto

Viana do Castelo foi o palco das comemorações do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, três de Dezembro, com actividades que se prolongaram pelos dois dias seguintes.

Durante os três dias teve lugar um conjunto de iniciativas que reuniram largas centenas de participantes.

Estas comemorações, organizadas pelo Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (SNRIPD) em parceria com a Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão com Deficiência Mental (APPACDM) de Viana do Castelo, contaram com a presença de Ferro Rodrigues, ministro do Trabalho e da Solidariedade, que presidiu à sessão solene destas comemorações, do secretário de Estado Adjunto do Ministro do Trabalho e da Solidariedade, Rui Cunha, do secretário de Estado da Reforma do Estado e da Administração Pública, Alexandre Rosa e de Vitorino Vieira Dias, secretário Nacional para a Reabilitação.

A ADFA foi representada pelo presidente da Direcção Nacional, Patuleia Mendes, e pelo 2º secretário da DN, Capela Gordo, que, conforme noticiado no último número do ELO, já

havam protagonizado a passagem da Chama da Amizade pelo Palácio de Belém e pela Assembleia da República, destacando-se nesta iniciativa que marcou profundamente a afirmação dos direitos dos cidadãos portadores de deficiência junto dos mais altos dignitários do nosso País.

Ferro Rodrigues fez um balanço positivo do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido em matéria de deficiência embora esteja consciente do muito que ainda há a fazer. A problemática da empregabilidade foi um dos principais aspectos apontados. Neste sentido, o ministro aproveitou para dar conta da resolução aprovada em Conselho de Ministros do dia 30 de Novembro que instituiu a obrigatoriedade de reserva de uma quota de 5 por cento dos lugares a abrir em todos os concursos de recrutamento externo para a administração pública, quota essa a ser preenchida exclusivamente por cidadãos com deficiência.

Devido ao mau tempo, as comemorações, inicialmente previstas para a Praça da República, foram transferidas para o pavilhão da Associação Industrial do Minho. Aqui os atletas paralímpicos medalhados em Sidney foram protagonistas ao serem aplaudidos de pé

pelos muitas centenas de pessoas que se juntaram a estas cerimónias.

Não menos aplaudidos foram os Silence Four, que encerraram o primeiro dia.

Durante os dois dias seguintes teve também lugar um seminário subordinado ao tema "Violências", destinado não só a técnicos como ao público em geral.

Chama da Amizade

Um dos pontos altos destas comemorações foi o transporte da Chama da Amizade. Durante 16 dias uma chama, semelhante à Chama Olímpica, percorreu cerca de 900 quilómetros - a distância entre Beja, local onde tiveram lugar as comemorações deste dia no ano passado, e Viana do Castelo.

Sensibilizar a população portuguesa em geral e a comunidade escolar em particular para a problemática da deficiência foi o grande objectivo desta iniciativa que contou com a colaboração e participação de instituições ligadas à deficiência, além de inúmeras figuras públicas.

A Chama chegou ao Porto no dia um de Dezembro nas mãos da atleta Rosa Mota. A passagem do testemunho deu-se no Cais da Ribeira, onde mais de uma centena de pessoas a aguardava. Até ao edifício da Câmara Municipal, onde teve lugar uma sessão solene, a chama foi transportada por pessoas portadoras de deficiência.

Também a Delegação do Porto deu o seu contributo a esta iniciativa. No dia dois, o trajecto entre o Quartel General, na Praça da República, e a Rotunda da Boavista, foi feito por associados que, ao longo de alguns quilómetros e acompanhados pela atleta Aurora Cunha, ergueram bem alto a Chama da Amizade.

Nem a chuva conseguiu dispersar as muitas centenas de cidadãos conhecidos e anónimos que se reuniram na praça principal de Viana do Castelo para receber a Chama. Pela tarde, um clube de "motards" anunciou a sua chegada e a consequente iluminação do charfariz da Praça. •

AV

Encontro Internacional - "Autonomia e Acessibilidade" ADFA propõe Provedoria dos deficientes

A ADFA apresentou uma proposta para a criação de uma Provedoria dos cidadãos portadores de deficiência, na sua participação no Encontro Internacional subordinado ao tema "Autonomia e Acessibilidades: Fazer uma Cidade para Todos", realizado nos dias 4 e 5 de Dezembro, no Centro de Reuniões da FIL, em Lisboa.

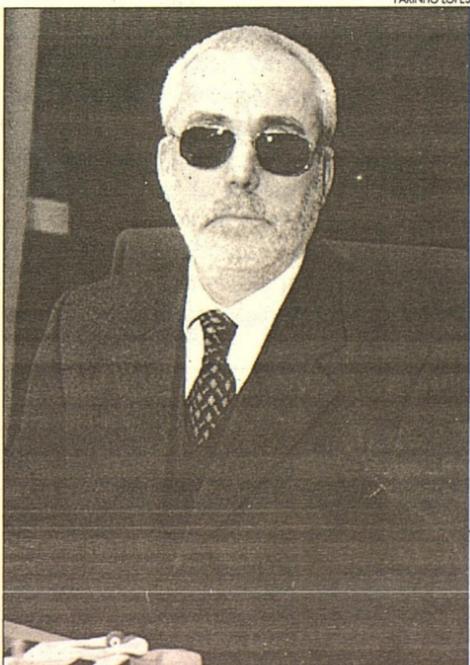
Manuel Lopes Dias, representante da ADFA, salientou que "é preciso reunir vontades para criar um instrumento autónomo, para que as queixas dos cidadãos portadores de deficiência tenham provimento."

"Se não pudermos aceder aos locais de cultura e às estruturas públicas, a quem podemos apresentar queixas e sugestões?"

questionou o associado, destacando a necessidade cada vez maior de sensibilizar as pessoas, as instituições e a Comunicação Social para os assuntos que se prendem com os direitos da pessoa portadora de deficiência.

"Sabemos que intervenção da ADFA é sempre altamente qualificada e empenhada, quer no CMIPD quer nesta Conferência e que, concertada, as propostas apresentadas são fundamentais, dentro da busca de soluções", referiu Maria Calado, vereadora do pelouro da Acção Social da autarquia lisboeta. "Contamos com a ADFA como parceiro neste momento de debate", lembrou. •

R.V.



Manuel Lopes Dias

Associados falecidos

Aos familiares e amigos dos associados falecidos apresentamos as nossas mais sentidas condolências

Adão Moreira Dias

Associado n.º 14288
57 anos
Faleceu no dia
02/09/00



Residia em Sobreira, Paredes. Deixa viúva Maria da Conceição Martins Machado. Serviu em Angola, na Companhia de Caçadores 668, Batalhão de Caçadores 670.

António Casimiro Couto

Associado n.º 2166
54 anos
Faleceu no dia
12/10/00



Residia em Penafiel. Deixa viúva Maria Teresa de Jesus Ferreira. Serviu na Guiné, no Batalhão de Caçadores Páraquedistas 12.

Ernesto Teixeira Bastos

Associado n.º 4439
60 anos
Faleceu no dia
09/11/00



Residia na freguesia de Massarelos, Porto. Deixa viúva Julieta Moura Bastos. Serviu em Angola, na Companhia de Cavalaria 482.

Jacinto Rosário Matos

Associado n.º 5531
51 anos
Faleceu no dia
24/08/00



Residia em Sacavém, Loures. Deixa viúva Maria Chongo Matos. Serviu em Moçambique, no Esquadrão de Cavalaria 3.

Joaquim Brites Pinto

Associado n.º 2738
56 anos
Faleceu no dia
05/11/00



Residia na freguesia de Ariz, concelho de Marco da Canaveses. Serviu em Moçambique, na Companhia de Caçadores 1571.

José Silvestre Martins

Associado n.º 1395
55 anos
Faleceu no dia
05/11/99



Residia no Barreiro. Deixa viúva Maria Inácia Martins.

DL n.º 503/99, de 20 de Novembro

ADFA reúne com Direcção Geral de Pessoal

Foram efectuadas duas reuniões de trabalho na Direcção Geral de Pessoal do Ministério da Defesa Nacional (DGP/MDN), com juristas dos três ramos das Forças Armadas e da ADFA, nos dias 12 e 15 de Dezembro, com o objectivo de debater a questão relacionada com a aplicação da nova legislação de acidentes em serviço e doenças profissionais na Função Pública (DL 503/99, de 20 de Novembro) aos deficientes militares.

Como se sabe, esta nova legislação entrou em vigor em Maio de 2000 e a ADFA, oportunamente e muito antes da entrada em vigor deste decreto-lei, solicitou a sua suspensão relativamente aos deficientes militares e reivindicou que se criasse legislação adequada para estes.

Estas reuniões têm como objectivo, por parte da DGP/MDN, fazer o levantamento dos efeitos decorrentes deste novo regime jurídico, bem como elaborar uma proposta de solução relativamente à matéria, tendo já subjacentes várias diligências efectuadas entre ministérios, nomeadamente, o MDN e o Ministério da Reforma do Estado e da Administração Pública (MREAP).

Nestas reuniões, a ADFA sustentou e

explicitou a sua posição inicial, defendendo que "o novo regime deve ser suspenso em relação aos deficientes militares e que para estes deve ser elaborado um novo diploma que salguarde a especificidade do Estatuto da Condição Militar e os direitos já anteriormente consagrados." Tal posição é alicerçada no facto de aquela nova legislação (DL 503/99) "não ter tido em devida conta a situação especial dos militares que se deficientam, diminuindo alguns direitos já consagrados na legislação anterior", nomeadamente, trata desigualmente situações ocorridas no mesmo contexto, que "naturalmente devem ter tratamento igual", não diferencia o risco de campanha até aos 30 por cento de incapacidade, torna ineficaz a transmissão de pensão recentemente instituída para as viúvas e herdeiros hábeis (em 1998), não se preocupa com a reabilitação e integração dos deficientes militares, e paga mesmo pensões indemnizatórias inferiores às que estavam em vigor, introduzindo a remição obrigatória das pensões até aos 30 por cento de incapacidade (atribuindo um determinado capital calculado em substituição de uma pensão vitalícia, pagando-se tudo de uma só vez).

"O DL 503/99 não só não teve em consideração o que legalmente está estabelecido em relação à condição militar, como subalternizou mesmo essa condição ao que está estipulado para os funcionários públicos, uma vez que deixa os militares à mercê de tratamento casuístico com recurso a situações análogas, isto é, em cada caso tem de recorrer-se à adaptação da lei para outros casos", salientou o consultor jurídico da ADFA.

"Desta forma os militares são uma espécie de situação marginal, que em vez de serem acolhidos em legislação que lhes reconheça o especial sacrifício da sua condição, ficam de fora da lei, à espera que, das interpretações trapezistas de salto em salto, de decreto para lei e de lei para decreto, sem esquecer o despacho, se descubra alguma alínea onde se "arrume" a reparação moral e material que lhes devia ser reconhecida com toda a segurança e certeza jurídicas", concluiu.

A ADFA fez-se representar nestas reuniões por Patuleia Mendes e Santa Clara Gomes, respectivamente presidente e 1º secretário da DN, e António Carreiro, consultor Jurídico da Associação. •

T.E.

Comentário

Especificidade Militar

Já num artigo anteriormente publicado no ELO se havia falado na especificidade dos militares quanto às condições em que são obrigados a desempenhar as suas funções, à natureza de muitas dessas funções e à impossibilidade de recusa ao seu cumprimento.

Ilustrava-se mesmo essa especificidade com as tarefas mais perigosas, com o manuseamento de engenhos paciente e primorosamente estudados para causar o maior dano possível, e com a reprodução (obrigatória) das condições reais de combate.

Encontra-se agora em discussão a aplicação, ou não, aos militares, do disposto no Decreto-Lei 503/99, que entretanto entrou em vigor em 1 de Maio de 2000. Não foi por falta de aviso da ADFA que só agora se encara seriamente a sua suspensão; mas o facto é que quem deveria estar atento a estas questões parece estar atacado de optimismo galopante, ou seja, imbuído do sentimento de que tudo há-de correr bem, sem acidentes nem baixas; por isso, quando elas (naturalmente) aparecem, há que improvisar e extrapolar sobre o que era previsível e regulamentável.

Antes de mais, há que salientar que este

Decreto-Lei iria atingir, melhor dizendo, já está a atingir, uma camada etária correspondente a uma geração após o fim da Guerra Colonial. Portanto, o interesse da ADFA por este caso é a demonstração de que a nossa Associação não se fica pelas sequelas das guerras de África, mas é antes uma Associação permanente, actual, atenta a tudo quanto se passe nas Forças Armadas, na defesa constante dos que pela força das circunstâncias se vão deficientando, e disposta a partilhar a sua longa e por vezes dolorosa existência.

Também louvamos o interesse agora manifestado através do DL 503/99 dos poderes públicos pelos seus funcionários. Aliás, o disposto neste Decreto-Lei 5039, no fundo, mais não é do que a adopção, por parte do Estado, daquilo que já vinha há largos anos obrigando a fazer no sector privado, esquecendo o velho princípio de que a caridade bem ordenada começa em casa...

Na análise do texto do diploma, encontrou a ADFA nada menos que 11 casos de perda de direitos por parte dos deficientes militares, tendo ainda sido encontrados outros no seguimento do estudo do texto. Não iremos fazer a sua enumeração e descrição, por não

caber neste texto. Mas fique a ideia de que eles existem e de que a ADFA está atenta, tanto à defesa daqueles que se deficientaram na Guerra Colonial, e que estão na génese da Associação, como na das novas gerações que, por consequência das condições específicas da condição militar, vão pagando o seu tributo ao que deve ser entendido como os mais importantes dos objectivos nacionais.

Nada mais se pede do que a aplicação do estabelecido na Lei 11/89 (Bases do Serviço Militar) magistralmente resumido no preâmbulo do DL 34-A/90 (EMFAR): A condição militar tem uma natureza própria que, de modo claro e indiscutível, se distingue do estatuto funcional dos demais servidores do Estado. Uma vez que o princípio está consignado na Lei, nada mais há a fazer do que aplicá-lo.

À menos que se deva considerar a nossa legislação como uma manta de retalhos, em que os nobres princípios invocados em cada diploma se contrariam naturalmente entre si, uma vez que só são invocados porque convém, nomeadamente para impor deveres e não para reconhecer direitos... •

Nuno Santa Clara

Reparações no telhado

"Sou DFA com 35% de incapacidade e actualmente sou administrador do condomínio do prédio onde vivo, em Lisboa. O prédio tem cinco andares e há algum tempo foi necessário proceder a reparações no telhado. Acontece que o proprietário do quarto andar direito se recusa a pagar a sua parte nas despesas. Os anteriores administradores e eu próprio já tentámos resolver a questão, mas ele diz que não tem de pagar nada porque não vive no prédio e por isso não tem de contribuir para as despesas. De facto quem vive no andar dele é uma tia, mas será este um argumento válido?"

O telhado de um prédio é uma parte comum desse prédio, sendo da responsabilidade dos condóminos, e nomeadamente do administrador do condomínio, zelar pelo seu bom estado de manutenção e conservação.

Sempre que é necessário efectuar reparações numa parte comum de um prédio, o administrador do condomínio deve convocar uma assembleia geral de condóminos, através do envio de carta registada para cada um dos condóminos ou da afixação de convocatória no prédio com recibo dos condóminos, com pelo menos dez dias de antecedência, referindo na ordem de trabalhos que a assembleia se destina a discutir e aprovar as reparações necessárias na parte comum em questão.

Na assembleia geral serão discutidas quais as reparações que são necessárias efectuar, bem como os orçamentos para o efeito, devendo estas deliberações ser aprovadas por maioria.

Os condóminos que não estejam presentes na assembleia geral deverão ser notificados por carta registada das deliberações aprovadas na referida assembleia.

Caso o prédio não disponha de um fundo comum para obras, ou esse fundo seja insuficiente para fazer face às despesas, estas serão repartidas entre os condóminos em função da percentagem fixada para cada fracção autónoma na escritura de constituição da propriedade horizontal ou outra se tiver sido decidida pelos condóminos em assembleia geral.

Deste modo, todos os proprietários, quer habitem ou não no prédio, são obrigados a contribuir para as realizações das obras aprovadas em assembleia geral de condóminos nos termos descritos.

A fim de se certificar de quem são os proprietários das várias fracções, nomeadamente, nos casos em que estes não as habitem, o administrador deverá ter na sua posse a certidão da caderneta predial ou certidão do registo predial referente ao prédio, devidamente actualizado. •

Inês Soares de Castro

jam

equipamentos e serviços para veículos especiais (soc. unip.), lda

todo o tipo de transformações em viaturas e ajudas técnicas para pessoas com deficiência

zona industrial dos padrões - 3740 sever do vouga - portugal
telefone: 23 459 8161 * fax: 23 459 8162 * e-mail: jamacedo@mail.telepac.pt

Tem uma festa?
Uma recepção?
Um jantar ou uma reunião de amigos?
Não se preocupe
Nós fazemos por si

Pastelaria e Salgadinhos diversos

Tel.: 26 350 54 65

DIÁRIO DA REPÚBLICA

por Helena Afonso

Reconstituição da Carreira Militar

Lei 29/2000, de 29 de Novembro

Em 24 de Agosto, foi publicado o Decreto-Lei 197/2000, que veio regulamentar o disposto na Lei 43/99, de 11 de Junho, que aprovou as medidas tendentes à revisão da situação de militares que participaram na transição para a democracia iniciada em 25 de Abril de 1974.

O artigo 1º do Decreto-Lei 197/2000 consagrou o seu âmbito de aplicação, estabelecendo o nº 3 do mesmo artigo que o decreto-lei «*não se aplica ainda aos militares cuja situação militar tenha sido objecto de sentença transitada em julgado.*»

A presente Lei vem eliminar o nº 3, do artº 1º do Decreto-Lei 197/2000, de 24 de Agosto.

Complemento por Dependência

Decreto-Lei 309-A/2000, de 30 de Novembro

O Decreto-Lei 265/99, de 14 de Julho, veio definir e regular a protecção social das situações de dependência, materializada numa prestação pecuniária, de concessão continuada, designada por complemento de dependência, para os pensionistas de invalidez, velhice e de sobrevivência, cujo montante é variável de acordo com o grau de dependência dos seus titulares.

O presente diploma altera o artigo 7º do Decreto-Lei 265/99 estabelecendo os montantes da prestação, estando os mesmos indexados ao valor legalmente fixado para a pensão social de invalidez e velhice do regime não contributivo e tendo em conta o grau de dependência.

Assim, para os pensionistas do regime geral de segurança social tem-se, para situações de dependência do 1º e do 2º grau, respectivamente, 50% ou 90% do montante da pensão social.

Para os pensionistas do regime especial das actividades agrícolas, do regime não contributivo e regimes equiparados tem-se, para situações de dependência do 1º e do 2º grau, respectivamente, 45% ou 85% do montante da pensão social.

O estabelecido no presente diploma produz efeitos a partir de 1 de Dezembro de 2000.

Salário Mínimo Nacional

Decreto-Lei 313/2000, de 2 de Dezembro

O salário mínimo nacional a vigorar no ano de 2001 é de 67.000\$00 e para os trabalhadores domésticos de 64.300\$00.

Tabelas de Inaptidão e Incapacidade

Portaria 1157/2000, de 7 de Dezembro

Através do Decreto-Lei 291/99, de 3 de Agosto, e Portaria 790/99, de 7 de Setembro, foram criadas as tabelas gerais de inaptidão e de incapacidade para a prestação de serviço por militares e militarizados das Forças Armadas e para a prestação de serviço na Polícia Marítima, bem como o quadro das condições sensoriais gerais a observar para as respectivas admissões.

A presente portaria vem alterar o Capítulo I do Anexo A e o Anexo B, publicados com a Portaria 790/99.

Crédito à Habitação

Decreto-Lei 320/2000, de 15 de Dezembro

Este diploma introduz algumas alterações ao regime jurídico da concessão de crédito à habitação própria, aprovado pelo Decreto-Lei 349/98, de 11 de Novembro, alterado pelos Decretos-Lei 137-B/99, de 22 de Abril e Decreto-Lei 1-A/2000, de 22 de Janeiro, eliminando restrições anteriormente impostas.

Devido à extensão das alterações, apenas se refere que a redacção do artigo 3º, nº 1 do Decreto-Lei 348/98 fixava, peremptoriamente, o prazo de 30 anos para empréstimos. Agora o prazo é livremente acordado entre as partes, podendo ser alterado ao longo da sua vigência, tendo como limite o prazo máximo de 30 anos.

O presente diploma será objecto de regulamentação.

Crédito Bonificado à Habitação

Portaria 1.177/2000, de 15 de Dezembro

Tendo em atenção as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 320/2000, de 15 de Dezembro, no regime jurídico da concessão de crédito à habitação própria, aprovado pelo Decreto-Lei 349/98, de 11 de Novembro, a presente portaria estabelece uma nova regulamentação no âmbito dos regimes de crédito bonificado à habitação.

Tal regulamentação traduz-se, em síntese, na «*eliminação de dois dos sistemas de amortização - prestações progressivas e prestações constantes com bonificação constante; introdução de um método de cálculo para a taxa de juro de referência que deixa de ser fixada administrativamente, para passar a variar de acordo com o funcionamento do mercado.*»

Serviço Militar

Decreto-Lei 320-A/2000, de 15 de Dezembro

Aprova o regulamento de incentivos à prestação de serviço militar nos regimes de contrato (RC) e de voluntariado (RV) nas Forças Armadas.

Diploma



do Mês

Actualização de Pensões

Portaria 1141-A/2000, de 30 de Novembro

1º

Âmbito

As prestações de invalidez, de velhice, de sobrevivência e as pensões de doença profissional dos regimes de segurança social são actualizadas nas condições previstas no presente diploma.

(...)

3º

Actualização das pensões de invalidez e de velhice

1 - As pensões regulamentares de invalidez e de velhice do regime geral iniciadas a 1 de Janeiro de 1994, bem como as pensões estatutárias e regulamentares atribuídas ao abrigo do Decreto-Lei nº 329/93, de 25 de Setembro, anteriormente a 1 de Janeiro de 2000, são actualizadas para o valor resultante da aplicação, ao respectivo quantitativo mensal, das percentagens seguidamente enunciadas:

a) 3,5% para as pensões de valor igual ou inferior a 300 000\$;

b) 2,9% para as pensões cujo valor se situa acima de 300 000\$.

2 - O aumento das pensões a que se refere a alínea b) do número anterior não pode ser inferior ao valor máximo de actualização decorrente da aplicação do disposto na alínea a) e tem como limite 50% do valor mínimo de pensão a que se refere o nº 1 do artº 5º

3 - ...

4º

Valor mínimo dos aumentos

1 - Da actualização das pensões regulamentares de invalidez e de velhice iniciadas antes de 1 de Janeiro de 1994 e das pensões estatutárias e regulamentares atribuídas ao abrigo do Decreto-Lei nº 329/93, de 25 de Setembro, anteriormente a 1 de Janeiro de 2000, cujo valor seja igual ou superior a 34 000\$00 não pode resultar aumento mensal inferior a 2000\$.

2 - ...

5º

Valor mínimo de pensão dos pensionistas de invalidez e velhice

1 - Aos pensionistas de invalidez e de velhice do regime geral, com carreira contributiva relevante para a taxa de formação da pensão inferior a 15 anos, é garantido um valor mínimo de pensão de 36 000\$.

2 - Aos pensionistas de invalidez e de velhice do regime geral, com carreira contributiva relevante para a taxa de formação da pensão igual ou superior a 15 anos, é garantido montante de pensão igual ao que resulta da aplicação das percentagens referidas nos nºs 2 e 3 da Portaria nº 359/99, de 18 de Maio, sobre o salário mínimo nacional líquido, no valor de 59. 630\$, a vigorar no ano 2001.

3 - ...

6º

Actualização das pensões de sobrevivência

1 - As pensões de sobrevivência do regime geral, iniciadas anteriormente a 1 de Janeiro de 2000, são actualizadas por aplicação das respectivas percentagens de cálculo dos montantes das pensões de invalidez e de velhice que lhes servem de base, bem como do complemento social, sendo caso disso, segundo o valor que para ambos resulta da aplicação das regras de actualização previstas neste diploma e do disposto no Decreto-Lei nº 329/93, de 25 de Setembro.

2 - A regra de actualização definida no nº 1 é igualmente aplicável:

a) As pensões de sobrevivência iniciadas a partir de 1 de Janeiro de 2000, desde que o óbito que lhes deu origem se tenha verificado em data anterior;

b) As pensões de sobrevivência resultantes de óbitos verificados em data anterior à do início de vigência do presente diploma e correspondentes a pensões de invalidez ou de velhice iniciadas até 31 de Dezembro de 1999.

7º

Actualização das pensões limitadas

As pensões do regime geral limitadas por aplicação das normas reguladoras da acumulação de pensões de diferentes regimes de enquadramento obrigatório de protecção social, iniciadas anteriormente a 1 de Janeiro de 2000, são actualizadas na percentagem de 3,5%.

(...)

10º

Actualização da pensão provisória de invalidez

O valor das pensões provisórias de invalidez previstas no artigo 68º do Decreto-Lei nº 329/93, de 25 de Setembro, que se encontrem a ser concedidas à data da entrada em vigor deste diploma é fixado em 26 250\$.

11º

Actualização das pensões do regime especial das actividades agrícolas

1 - O quantitativo mensal das pensões de invalidez e de velhice do regime especial das actividades agrícolas é fixado em 29 550\$.

2 - ...

(...)

14º

Actualização das pensões do regime não contributivo

1 - O quantitativo mensal das pensões de invalidez e de velhice do regime não contributivo é fixado em 26 250\$.

2 - ...

(...)

21º

Complemento de pensão por cônjuge a cargo

O valor mensal do complemento de pensão por cônjuge a cargo é fixado em 5520\$, sem prejuízo de valores superiores que estejam a ser atribuídos.

(...)

25º

O presente diploma produz efeitos nos seguintes termos:

a) ...;

b) A partir de 1 de Dezembro de 2000, no que respeita às restantes actualizações previstas.»



Capela Gordo*

Euro - Uma moeda para Portugal

Como serão as moedas de Euro?

Todas as moedas serão redondas e diferenciar-se-ão pelo tamanho, peso, cor, espessura e serrilha, sendo facilmente identificáveis, mesmo por invisuais. As moedas de 1 e 2 euros terão duas cores: um anel exterior prateado e uma parte central em tom dourado para a de 2 euros e o inverso para a de 1 euro. As de 50, 20 e 10 cêntimos serão douradas e as de 5, 2 e 1 cêntimos, de cobre.

Uma vez que existe uma directiva europeia de 1994 que restringe o uso do níquel, devido à sua capacidade de causar alergias, só terão uma pequena porção desse metal as moedas de maior valor. As moedas terão uma face nacional e uma face comum. O desenho desta foi escolhido em Março de 1997 por um júri de peritos, entre os 36 projectos que tinham sido apresentados. A face nacional foi escolhida no final de Fevereiro desse ano e baseia-se nos símbolos usados por D. Afonso Henriques para autenticar os seus documentos.

A introdução do Euro vai obrigar a adaptar milhões de caixas registadoras, parquímetros e terminais de pagamentos nos países do Euro. Em países com muito turismo, bem como em Portugal, é natural que acabem por circular quase tantas moedas com uma face alemã, francesa, italiana ou espanhola como a portuguesa.

A partir de 2002, qualquer português poderá pagar na Alemanha, França ou Espanha com uma moeda que tenha um

reverso português ou trazer para Portugal outra que tenha um reverso belga ou italiano.

Já vimos que o período de troca do nosso dinheiro é de 1 de Janeiro de 2002 até ao fim de Junho, mas se se esquecer ou não tiver tempo de o fazer naquele prazo, poderá trocá-lo no Banco de Portugal durante um período de 20 anos, sem encargos. Todos os cidadãos da zona Euro terão notas e moedas euro em 1 de Janeiro de 2002.

As notas e moedas serão idênticas em todos os países?

As notas serão idênticas mas as moedas não. As moedas terão uma face comum e outra diferente em função do país que as emite. Mas a face nacional incluirá sempre um círculo formado por 12 estrelas e o ano da emissão.

Existe um logotipo do euro?

Sim, é um épsilon (Quinta letra do alfabeto grego) minúsculo estilizado e cortado por duas barras horizontais, que simbolizam a estabilidade na CE. As instituições europeias incentivam a sua inclusão nos teclados dos computadores.

Existe uma abreviatura para o euro?

Sim: EUR. Esta representação do euro foi aprovada internacionalmente.

Como foi escolhido o nome "EURO"?

O nome EURO foi escolhido por consenso no dia 15 de Dezembro de 1995 na cimeira europeia de Madrid, sob proposta do chanceler alemão Helmut Kohl, sendo uma palavra que se pronuncia de forma idêntica nas várias línguas da União.

Existe um maior risco de falsificação das notas do euro?

Não, até porque as novas notas têm códigos modernos de segurança, mais perfeitos do que os utilizados em vários países da CE. Também, talvez por isso, foi decidido que as notas do euro dum determinado valor fossem idênticas em todos os países.

Quem decidiu o desenho das notas do euro?

O Presidente do Instituto Monetário Europeu da altura, o barão de Lamfalussy, decidiu que haveria somente 7 notas e que o desenho tinha de ser neutro, tendo um conselho de peritos decidido que se reproduzisse no anverso uma porta ou uma janela imaginária que correspondesse aos sete períodos da arquitectura europeia: clássico, românico, gótico, renascimento, barroco e rococó, ferro e vidro e idade contemporânea. No reverso, foi usado o mapa da Europa e uma silhueta de uma ponte imaginária.

O concurso final para o projecto foi ganho pelo desenhador austríaco Robert Kalinka.

As notas e moedas podem ser emitidas em qualquer País?

As notas podem ser emitidas em qualquer País, mas as moedas só podem ser emitidas no País a que dizem respeito. Todavia, ambas têm circulação legal em todos os países que integram a área do euro.

Qual é a diferença entre o ECU e o euro?

O ECU não é uma moeda, mas sim uma unidade de conta Europeia. O único ponto

comum entre o ECU e o euro, é que, quando este foi introduzido, em 1/1/1999, o seu valor era exactamente igual ao do ECU, que foi extinto no mesmo momento.

O euro é uma moeda autónoma, adoptada pelos países da União Europeia que tenham alcançado uma certa harmonia entre as suas economias. A política monetária do euro será gerida pelo Banco Central Europeu.

Desaparecem os bancos centrais dos países que aderem ao euro, tal como o Banco de Portugal?

Não desaparecem, embora a sua função mude a partir do momento em que a política monetária passe a depender do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC), que é formado pelo novo Banco Central Europeu (BCE) e pelos Bancos Nacionais do conjunto de países que aderem ao euro.

Porque se fala tanto do Banco Central Europeu e tão pouco do SEBC? Porque cabe, em última análise, aos órgãos dirigentes do BCE a orientação da política monetária.

Exemplos de preços em euros: Bica - 80\$00 (0,40 euros), imperial - 135\$00 (0,67 euros), bilhete de cinema - 800\$00 (3,9 euros), Jornal Expresso - 450\$00 (2,25 euros),

1 Kg de batatas - 88\$00 (0,43 euros), Bilhete do metro - 100\$00 (0,5 euros), SG Ventil - 350\$00 (1,75 euros), 1 selo de correio - 50\$00 (0,25 euros), 1 bife da Portugalia - 2000\$00 (10 euros).

* 2.º Secretário da DN

Trevauto
Comércio, Indústria e Representações, Lda.

PUNTO

1.2 S 1.2 ELX 1.2 16v ELX 1.2 16v ELX Speedgear 1.2 16v HLX SPORT SPORT Speedgear HGT 1.9 JTD ELX 1.9 JTD HLX

PALIO WEEKEND

75 75 Liberty 10 JTD 10 JTD Liberty 80 16v SX 100 16v ELX 100 16v ELX C. Out 105 JTD SX 105 JTD HLX

MAREA WEEKEND

CONCESSIONÁRIO FIAT

STAND
Rua de Arroios, 89-A • 1169-154 LISBOA • Tel. 213 167 200 - 213 524 945 - Fax: 213 520 096

STAND
Rua da Venezuela, 65-A/B • 1500-619 LISBOA • Tel. 217 621 060 - 217 621 065 - Fax: 217 621 069

STAND
Rua Virgílio Correia, 17-B • 1600-219 LISBOA • Tel. 217 269 889 - Fax: 217 265 639

www.trevauto.pt E-mail: trevauto@mail.telepac.pt

PASSAM TAMBÉM A USUFRUIR DE DESCONTOS ESPECIAIS NAS MARCAS FIAT E LANCIA OS ASSOCIADOS COM GRANDE INCAPACIDADE INFERIOR A 60%, DESDE QUE JUSTIFICADA.

A ADFACAR dispõe de informações de venda de viaturas (fornecidas com ou sem isenção) acima mencionadas, contudo, podem ainda dispôr de informações nas seguintes marcas: Citroen, BMW; Skoda e Ford. Estas informações/vendas, são tratadas através de ALBERTO PINTO, nas horas de expediente, das 9h00 às 13h00 através dos telefones 21 751 2601, 21 751 2640, 21 751 2600 ou 91 726 6153. Entre as 20h00 e 22h00 pelo telefone 21 859 5016.

Trevauto
Comércio, Indústria e Representações, Lda.

LYBRA BERLINA

Os Motores Os Interiores Os Equipamentos Crédito, A.L.D. e Leasing As Cores

Y

Os Preços Os Interiores Os Equipamentos Crédito, A.L.D. e Leasing Linaccessori Os Preços

CONCESSIONÁRIO LANCIA

STAND
Rua de Arroios, 89-C e 91-A • 1169-154 LISBOA • Tel. 213 167 200 - 213 524 945 - Fax: 213 520 096

STAND USADOS
Rua de Arroios, 93-C • 1169-154 LISBOA • Tel. 213 167 200 - 213 167 225

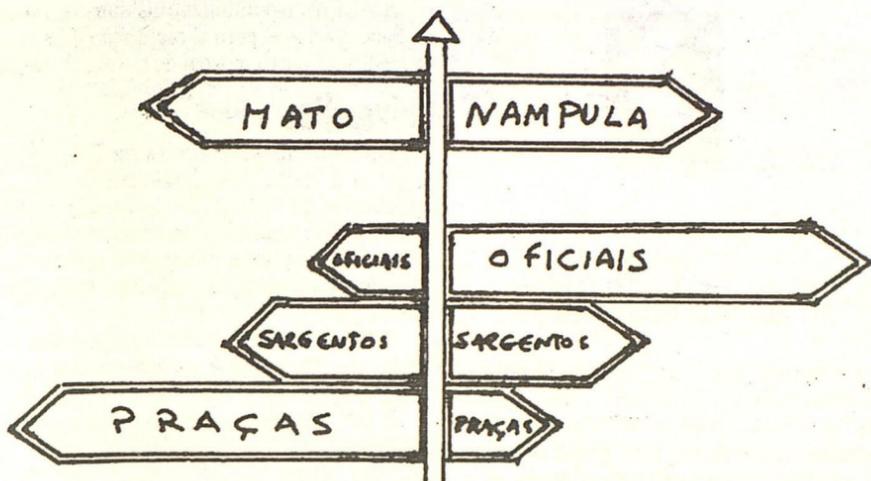
PEÇAS E ACESSÓRIOS
Rua de Arroios, 91-C • 1169-154 LISBOA • Tel. 213 525 264 - 213 167 200 - Fax: 213 529 579

www.trevauto.pt E-mail: trevauto@mail.telepac.pt

PASSAM TAMBÉM A USUFRUIR DE DESCONTOS ESPECIAIS NAS MARCAS FIAT E LANCIA OS ASSOCIADOS COM GRANDE INCAPACIDADE INFERIOR A 60%, DESDE QUE JUSTIFICADA.

A ADFACAR dispõe de informações de venda de viaturas (fornecidas com ou sem isenção) acima mencionadas, contudo, podem ainda dispôr de informações nas seguintes marcas: Citroen, BMW; Skoda e Ford. Estas informações/vendas, são tratadas através de ALBERTO PINTO, nas horas de expediente, das 9h00 às 13h00 através dos telefones 21 751 2601, 21 751 2640, 21 751 2600 ou 91 726 6153. Entre as 20h00 e 22h00 pelo telefone 21 859 5016.

Piscina sim mas não para praças



Depois de estar mais de um ano em Mueda, a passar pelas maiores barbaridades, de ter perdido nove camaradas em combate, de ter visto muitos ficarem destroçados para a vida inteira, e pensar várias vezes, "agora sou eu": é obra...

Tudo isto me levou a que fosse ao médico e lhe pedisse que me inventasse uma doença qualquer para eu ir uns dias até Nampula, ou então começava a "bater mal". E o médico compreendeu, enviou-me então para Nampula. Levava um pedido de análises e um dente para extrair, assunto suficiente para 15 ou 20 dias de "férias".

Chegado à civilização, vindo directamente do mato, fiz logo o reconhecimento da cidade que, entre outras coisas boas, também tinha uma piscina.

No dia seguinte fui comprar um calção de banho e aí vai ele todo catita, tentar dar um mergulho, ver uns bronzes e até quem sabe, conhecer alguém, pois havia mais de um ano que só recorria a trabalhos manuais.

Ao chegar à piscina, tentei adquirir uma entrada e pediram-me a identificação, que apresentei, olhando o homem para o cartão e dizendo prontamente que não podia entrar. Instalou-se uma pequena confusão e comecei por dizer-lhe: "já tenho 23 anos!" - "Mas és soldado", respondeu ele, e eu perguntei-lhe: "mas isto é militar?" - "Não, é público." Avancei eu: "Então, se é público, o que é que tem que ver eu ser soldado ou capitão?" O homem respondeu-me que tinha toda a razão, mas que as ordens que lhe deram foram aquelas e que mais não podia fazer. Paciência.

Dirigi-me ao quartel e encontrei um estabelecimento onde li na porta "supermercado militar" e pensei que "nem tudo é mau, pelo menos posso comprar qualquer coisa para comer e algum tabaco, que aqui sempre é mais barato." Pensava eu que ia entrar, mas nem passei da porta, pediram-me a identificação e a conversa foi idêntica: "não pode entrar porque é soldado e isto é só para sargentos e oficiais".

"Ora esta" e eu a pensar que quem ganhava menos é que devia comprar as coisas por menos dinheiro...

Saí dali e fui a pensar, "onde é que eu estou?", "o que é que eu sou e o que é que eu faço?" "Ando eu a defender esta gente no mato com camaradas a morrer e outros a ficar deficientes, para ser assim tratado?..."

Vindo directamente do mato, onde era tratado com dignidade por um comandante de companhia que tal como nós sentia na pele os horrores da guerra, chego à cidade onde se encontra o comandante-chefe de Moçambique e outras chefias militares que estavam a fazer pela continuação da guerra, que assim ostracizavam os seus soldados que lhe defendiam a pele e serviam de base aos galões e às estrelas que traziam nos ombros.

Cheguei à conclusão de que toda aquela falta de consideração e respeito se devia ao facto de não me ter feito acompanhar da minha amiga inseparável G3, pois respeitava-se mais um soldado bem armado, do que bem fardado.

Farinho Lopes

Opinião

O fim é chegado



José Maia

O fim é chegado. Desvaneceu-se período de especial actividade associativa, disfarçada sob democrática disciplina, à força aplicada, admite-se como certa, colorida participação no projecto!... Estratégia óptima na ofensiva maleita, contra os que durante o reinado se sobrepueram ao medo, ousando dizer não, recusando ser atrelados de virtuais locomotivas gastas e de efémero vapor.

Posições feitas ordens de suposto inofensivo consenso, abuso de poder, que é deleite dos fracos, suportado à bruta nos votos de consciência duvidosa.

Oceano agora mais límpido, ondulação mais transparente, onde aredido, se deixe de navegar à vista.

Para além das portas fechadas, no escuro das mentes e da obscuridade das cabines, se planearam tramas de associativa pirataria, corsários dislates, plano de assalto à ilha do tesouro, terra inatingível a coxos de convicções e ideais, comungados por grumetes e praças, ao tempo da grande luta.

Do enevoado convés, parlamentares longínquos sofás, não se aniquilará a vontade, não se retirará a força, não se amordaçará o pensamento, não se cortará o querer, não se silenciarão as vozes que falam sem medos.

Robotizados aderentes, milícias submissos, mercenárias peças do sim senhor, diplomáticos peritos de dentro e inclinações a norte empurrados de prazer, carregadores de mercadoria para o castelo, matéria desalmada para os fins à distância planeados. Reviravoltas sem tino, descobrem-se os pés, jogo de cama mal calculado, manta infiel, leito de prostituta de rua, reuniões disformemente paridas, sonos de fantasias, mares fantasmas. Armada organizada, obedientes serviçais, botes de destemidos cobardes, apodrecidos guerreiros, navegantes de águas paradas. Depois da eleitoral abordagem, dos mastros, ondulantes ameias, saltam esbaforidos os bigodaços murídeos, de cérebros no passado, imaginário em farto celeiro do porão da nau. O PCDN, "Período de Caça aos que Dizem Não", ficou para já diluído nas veredas da memória, mas não morreu. Imperiosa e constante vigilância. Luta e combate permanente contra o sitacionismo. Rectificar registos públicos, meias verdades, lobos e cordeiros, cada com sua pele. Sabe quem desde o início enfrenta as marés associativas, que não existem iluminados, mas jorram cascatas de intelectual estupidez, originando caudais de esperança, águas que dificilmente atingirão a foz. Aumentar o leito, corrente forte da utopia, lutar contra as certezas de ocasião, não a retóricas revanchistas, sim à insurreição, pelos valores e pela verdade, luta aos sem alma, cujos desígnios, será o de continuarem como bobos da corte, reunidos em promessas, desejos de postigas liberdades, vislumbrando esperança de um passado, sabendo-se de que lado irão estar no próximo amanhã.

Saudações Associativas •
Fernando Carvalho

Escrevem os Associados

A prenda de Natal

O soldado abraça a G3 enquanto caminha pela picada, como se fosse um ícone sagrado ou um amuleto. Era, bem vistas as coisas, o único objecto de valor que transportava consigo. Quanto custaria um G3? Provavelmente não possuía nada de seu com um preço superior ao de uma G3. Lembrava-se de, quando criança, ter pedido um triciclo pelo Natal e de os seus pais lhe terem dito que o menino Jesus não dava prendas tão caras. Apesar disso nunca pode deixar de formular o desejo de receber uma prenda que fosse provocatoriamente superior ao orçamento do seu menino Jesus, embora soubesse que a realidade no sapatinho haveria de ser bem mais modesta. Nunca a realidade lhe ultrapassou o sonho.

O soldado avança, o agoiro da mina escaldando-lhe os pés, ora abraçando a arma ora atravessando-a, como uma canga, em cima do cachaço e descansando os braços sobre ela, parecendo um crucifixo ambulante. Que pode um soldado assim crucificado na própria arma desejar para o Natal?

Cada passo é um lance de roleta russa.

Quando se ouve o estampido - mais no estômago do que nos tímpanos, seguido instantaneamente de um sopro de pó, ao mesmo tempo que se suprime todo o som, ficando tudo suspenso, num breve segundo o bafo da morte, num breve segundo uma eternidade de medo, logo seguido de uma algazarra de gritos de angústia e de horror, de ordens, chamamentos e pedidos de socorro - quando assim é, sentimos um alívio que não cabe nas palavras, não fomos nós quem pisou a mina. Quando somos nós não se ouve nada, tudo se apaga simplesmente, sem darmos por isso.

E o soldado acordou - nem dor, nem angústia, nem medo - só um lento despertar. Uma dilacerante suspeita de não estar a acordar de um simples pesadelo, de cujos contornos não se recordasse bem, uma obstinada recusa em aceitar a estúpida realidade, crua e descarnada diante dos olhos e o desejo, desta vez tão modesto, mas tão irrealista como sempre, de receber, como prenda de Natal, ao menos o corpo inteiro dentro das botas.

Manuel Correia Bastos

Alerta praças! Basta! Queremos justiça!

Exmos Órgãos Sociais, venho desejar Um Feliz Ano Novo, extensivo a todos os associados, famílias e trabalhadores da ADFA, e faço votos pelo seguinte:

1 - Sobre o documento de trabalho relativo a alterações a introduzir no DL 134/97, apresentado pela ADFA em 09.10.00. Os DFA, "praças que são 90%", não sejam esquecidos junto do poder político, e não sejam utilizados como engodo, para resolver uma franja de DFA, embora o tratamento, deva ser igual para todos os Militares que ficaram deficientes ao serviço da Nação.

2 - Lembro aos mais esquecidos, ao Governo da Nação, Deputados e Defesa Nacional, que os 90% de praças, na sua flor de idade, foram obrigados a cumprir serviço militar e a combater na Guerra Colonial, sem lhes ser possível negar tal cumprimento, regressando à nossa Pátria, já sem pernas, braços, em cadeiras de rodas, cegos e outros que para sempre lá ficaram.

3 - Alerto os associados, em especial os grandes deficientes, para participarem cada vez

mais na vida associativa na luta pelos nossos direitos, em especial os DFA praças. Para nos organizarmos a nível nacional, juntamente com a Direcção Nacional, na luta pelo direito aos escalões, graduações e melhor assistência médica nos hospitais, que ao longo destes 25 anos nos são negados. Camaradas, se não formos nós a lutarmos pelos nossos direitos e fazer cumprir o que foi aprovado no último congresso, para ADFA, pugnar pelos nossos direitos e à justiça social de todos os DFA.

4 - Como associado "praça", congratulo-me pela caricatura e conteúdo do artigo no jornal Elo de Dezembro 2000, do associado Santa Clara, membro da Direcção, que refere uma visão correcta dada aos DFA. Sargentos e oficiais com direito ao pódio de honra, e praças, relegados para o pódio dos esquecidos. O artigo tem uma visão real do tratamento que tem sido dado aos nossos direitos. Este artigo denuncia uma injustiça social e, por sinal é da autoria de um DFA Oficial Coronel, que, tal como outros, não tiveram qualquer benefício com DL 134/97, e estão ao lado dos DFA mais desfavorecidos.

Exmos. Senhores, ainda há muito trabalho pela frente, na luta pelo direito de todos os DFA, não esquecendo os mais desfavorecidos. Lembro os Órgãos Sociais, que no documento de alterações, que foi apresentado pela anterior Direcção, que tenha muitas dúvidas da consulta aberta aos associados, e não foi seguida uma melhor política no sentido dos interesses de todos os DFA. Que eu tenha conhecimento, os praças não participaram da elaboração do documento, embora na nossa classe de "DFA praças", existam pessoas com grande capacidade, inclusive advogados com experiência na causa.



Utopia

Nuno Santa Clara

Todos os regimes políticos do mundo pretendem ter o exclusivo da fórmula da escolha dos melhores dos seus cidadãos para gerir a coisa pública. Nem algo de diferente seria de esperar, porquanto todos se reclamam da verdadeira receita da eficácia; se não, como se justificariam, nomeadamente quando surgem problemas, abusos e falhas?

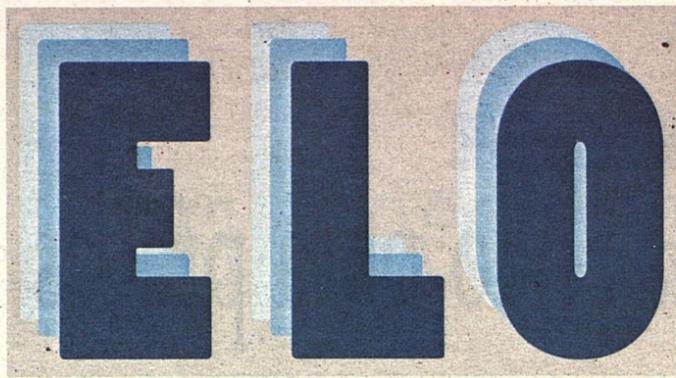
Disse ironicamente um jornalista americano sobre um determinado presidente: ensinaram-me na escola que qualquer pessoa poderia ser presidente dos EUA; agora, começo a acreditar.

Não é caso para ironia: trata-se do fundamento da Democracia, e do preço a pagar por ela. A grande questão está no processo de selecção dos candidatos e na responsabilização dos eleitos perante os cidadãos. Um grande contestatário americano do século XIX, Henry David Thoreau, escrevia há mais de um século que não se conseguia rever numa sociedade em que o presidente era escolhido numa reunião à porta fechada entre jornalistas e políticos profissionais. Isto quanto às escolhas. Porque quanto a responsabilidades, os últimos tempos têm também sido férteis.

Assistiu-se recentemente ao folhetim Clinton, e ao seu desempenho canhestro num processo público. Nem por isso perdeu muita popularidade, talvez porque ninguém o tinha eleito para ser o guardião da fidelidade conjugal.

Assiste-se agora ao folhetim Chirac, em que o Presidente francês se declara ignorante das manobras de um seu colaborador directo. E mais diz que, ao contrário do seu homólogo americano, não se submeterá a processo, porque está acima dessas coisas. Não está acima das suspeitas: está acima das acusações.

Não vamos perder tempo com extrapolações. Fique-nos só o conceito de que nem tudo está feito e perfeito. E as últimas eleições americanas são a prova de que mesmo os sistemas tidos por perfeitos podem conter falhas arrelhadoras. E também que, na busca da perfeição, o modelo só pode ser a utopia.



Director: António Carreiro
 Propriedade: Associação dos Deficientes das Forças Armadas
 Administração e Redacção: Av. Padre Cruz - Ed. ADFA 1600-560 - Lisboa
 Telefone: 21 7512600 Fax: 21 751 2610
 E-mail: adfa@mail.telepac.pt Internet: http://www.adfa-portugal.com



Em Dezembro

Novos Órgãos apresentam-se às entidades

Secretaria de Estado da Defesa

O chefe de gabinete do secretário de Estado da Defesa Nacional (SEDN), Gil Pinheiro, convocou a ADFA para uma reunião, no dia 13 de Dezembro, com o intuito de abordar os pontos propostos para a ordem de trabalhos, para que Miranda Calha (SEDN) se encontre conhecedor de todos os temas a debater na audiência que oportunamente concederá à DN.

Os assuntos trabalhados enquadram-se em três áreas, legislativa, social e financeira, com especial ênfase para a primeira, onde os decretos-lei 134/97 e 503/99 assumem particular relevância, bem como as questões relacionadas com a contagem do tempo de serviço para efeitos de aposentação pública e a situação dos milícias, que optaram pelas suas nacionalidades de origem. A situação do Lar Militar e os projectos de parcerias foram alguns dos aspectos referidos no panorama social. Os orçamentos de 2000 e de 2001 foram também apresentados, entre outros pontos da área financeira.

"Da reunião sobressaiu a abertura para a análise dos pontos em apreço, ainda que alguns deles careçam de profunda reflexão para a sua coerente e justa implementação", referiu Patuleia Mendes.

Lar Militar

A Direcção da ADFA foi também recebida, no dia 11 de Dezembro, pela coordenadora de projecto do Lar Militar da Cruz Vermelha, Maria Madalena Pinheiro, que assumiu, em 1998, as funções de direcção daquela estrutura.

O relacionamento com os residentes, designadamente os militares, e a preocupação por estes manifestada sobre a drástica redução recentemente operada da guarnição militar que ali presta serviço de apoio foram duas das questões abordadas.

A coordenadora do Lar Militar manifestou a sua sensibilidade para a situação "que diminuiu significativamente a qualidade do apoio e do

acompanhamento, até às saídas particulares dos deficientes militares ali internados, tendo evocado e exibido exposição dirigida à entidade competente, manifestando viva apreensão sobre o problema", salientou o dirigente, destacando a falta de recursos financeiros de que o Lar Militar dispõe para ampliar o quadro de pessoal civil para suprir a diminuição de efectivos militares de apoio.

Foi ainda referido que o Lar Militar tende para a criação de novas valências no que respeita a actividades ocupacionais e ao apoio domiciliário a prestar à comunidade envolvente.

Foi também abordada a situação das oficinas ali instaladas, cujo futuro a Cruz Vermelha Portuguesa pretende equacionar, "não pondo em causa a sua existência e função ocupacional que exerce junto dos grandes deficientes que buscam nessa actividade o seu equilíbrio e reabilitação pessoais, subtraindo-se ao isolamento e melancolia da prolongada permanência em casa".

A coordenadora de projectos do Lar Militar anunciou ainda a próxima nomeação do futuro director daquele estabelecimento.

Junta de Freguesia do Lumiar

Na sequência de uma primeira visita do 2º secretário da DN, Capela Gordo, à Junta de Freguesia do Lumiar, o presidente daquele órgão autárquico convidou a ADFA a participar, com outras instituições da freguesia, na apresentação de boas festas nas instalações da Junta.

O presidente e o 2º secretário da DN puderam trocar experiências com outras instituições, particularmente com a Associação de Residentes de Telheiras (ART), para a realização conjunta de algumas actividades, de entre as quais prontamente se destacaram a criação de uma banda de música e a organização de actividades ligadas ao cicloturismo com a equipa de ciclistas da ADFA e ainda a realização de sessões sobre Protecção Civil na ART.

Centro de Saúde do Lumiar

Capela Gordo, 2º secretário da DN e o coordenador do Departamento de Reabilitação e Apoio Social da Sede, Silvério Rodrigues, representaram a ADFA na reunião com a directora do Centro de Saúde do Lumiar, no dia 15 de Dezembro.

A DN convidou a directora a visitar a Sede Nacional, auscultando-se a possibilidade de criar uma parceria entre a Associação, o Lar Militar e o Centro de Saúde, para desenvolver apoio domiciliário aos associados residentes na freguesia do Lumiar.

A ADFA disponibilizou as suas instalações da Sede Nacional para a realização de reuniões de médicos e outro pessoal do Centro de Saúde.

Universitas

Também durante o mês de Dezembro se realizou a visita dos dirigentes da ADFA às instalações da instituição de Ensino Superior "Universitas", uma vez que, "como vizinhos que somos, há interesse em manter as melhores relações de cooperação", referiu Capela Gordo, da DN.

A "Universitas" mostrou abertura para colaborar com a ADFA, inclusivamente na área da Formação.

A DN convidou os representantes daquela instituição para visitar a Sede, depois de uma reunião ainda sem data marcada entre o presidente da ADFA e a Reitoria da "Universitas".

APOIAR

No âmbito do início do contacto com outras organizações, a ADFA foi convidada para um colóquio organizado pela Apoiar, no Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (SNRIPD), no dia 15 de Dezembro, no qual participou o presidente da DN, Patuleia Mendes.

O colóquio tinha como objectivo posicionar as organizações perante a problemática do Stress de Guerra, tendo como intervenientes Afonso de Albuquerque, médico psiquiatra, Patuleia Mendes, da ADFA e Mário Gaspar, da Apoiar, numa mesa presidida por Trindade Colarejo, do SNRIPD.

Quer a mesa quer a assistência realçaram a necessidade urgente da Rede Nacional de Apoio, mas foram suscitadas dúvidas em relação à sua capacidade de intervir no terreno, porque "não se vislumbra, a breve trecho, disponibilidade técnica por parte de psicólogos e psiquiatras para desenvolvimento eficaz do respectivo despiste, tratamento e acompanhamento", referiu Patuleia Mendes.

Em 19 de dezembro, as duas direcções reuniram da Sede da ADFA, sobressaindo a colaboração para a intervenção conjunta em encontros sobre a matéria.

Orçamento do Estado

O Orçamento do Estado para 2001 foi aprovado pela Assembleia da República sem alterações significativas relativamente ao referido no último número do ELO.

R.V.



RENAULT



- ▶▶ O salão de exposições é gigante: 2500 m2.
 - ▶▶ O horário de atendimento é enorme.
8h - 20h durante a semana
9h - 19h ao fins-de-semana
 - ▶▶ O horário da oficina é igualmente grande.
8h - 24h durante a semana
8h - 18h ao sábado
 - ▶▶ No grande centro de ensaios cabe toda a gama.
 - ▶▶ O serviço de assistência e desempanagem tem o maior horário possível: 24h por dia.
- Atendimento Cliente: 800 203 157



RENAULT CHELAS

Tudo Por Si.

R. Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E - 1900-672 LISBOA
 Tel.: 21 836 14 00 Fax: 21 836 14 91
 Av. da Liberdade, nº 33 - 1200-139 LISBOA